

Senhores Acionistas,

A Administração da MLog S.A. (“MLog” ou “Companhia”), em conjunto com suas subsidiárias diretas ou indiretas Morro do Pilar (Projeto de Minério de Ferro), Companhia de Desenvolvimento do Norte Capixaba (Projeto Distrito Industrial e Porto Múltiplo em Linhares), Asgaard Navegação (Companhia de Navegação de Apoio Marítimo) e CNA – Companhia de Navegação da Amazonia (Companhia de Navegação Fluvial), em atendimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação dos Senhores o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia, acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes, todos referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019. Todos os valores mencionados neste relatório, referentes às Demonstrações Financeiras da Companhia, são apresentados em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

1. Mensagem da Administração

O ano de 2019 e início de 2020 marcam o fim de mais um ciclo para a MLog. A primeira fase da Companhia, de 2011 a 2015, era totalmente focada no desenvolvimento de seu maior ativo, o Projeto de mineração de minério de ferro em grande escala denominado Morro do Pilar (“Projeto MOPI”), concebido e iniciado durante boom global das commodities, especialmente o minério de ferro.

O fim deste ciclo de alta se deu de maneira abrupta, especialmente ao longo de 2015, quando o mundo vivenciou a maior e mais rápida queda generalizada de preços de commodities em mais de um século. Naquelas circunstâncias, com os preços do minério de ferro 62% Fe sendo negociados a US\$40,00 por tonelada, o Projeto MOPI como inicialmente idealizado, integrando mina, logística interna e um porto próprio era economicamente inviável. Neste contexto teve início a segunda fase da MLog, com a fusão da Manabi e seu Projeto MOPI com a Asgaard, uma companhia de navegação de apoio à indústria offshore de óleo e gás, à época também em fase pre-operacional e cujo setor passava, assim como a indústria de mineração, por grave crise global causada pela queda do preço do petróleo.

De 2016 a 2019, o negócio de navegação offshore não só tornou-se operacional, com a finalização da construção e início da operação da embarcação OSRV (Oil Spill Recovery Vessel) Asgaard Sophia, como abriu uma nova frente com a aquisição da Companhia de Navegação da Amazônia (“CNA”), maior transportadora fluvial de óleo e derivados na região Norte do Brasil. A CNA trouxe para o grupo: (i) receita adicional; (ii) créditos de AFRMM (Adicional de Frete para Renovação da Marinha Mercante) e (iii) uma redução do risco (beta) do grupo pela diversificação entre Asgaard e CNA.

Neste período, a CNA se consolidou como líder de mercado ao mesmo tempo em que girava seu mix de clientes, inicialmente muito concentrado no grupo Petrobras, para *players* privados com atuação na região, especialmente o grupo Raízen, hoje nosso maior cliente na região.

Em paralelo, a Asgaard se consolidou como a melhor operadora brasileira de navegação de apoio à indústria de óleo e gás de acordo com o PEOTRAM - Programa de Excelência Operacional em Transporte Aéreo e Marítimo da Petrobras. Dentre mais de 50 companhias avaliadas anualmente, a Asgaard foi eleita a número 1 do PEOTRAM em cada um dos últimos 4 anos. Apesar da excelência operacional, à Asgaard ainda era necessária uma escala mínima operacional, que estimávamos em 2 a 4 embarcações adicionais.

Após diversas negociações e conforme Fato Relevante divulgado em 19 de fevereiro de 2020, a MLog celebrou, juntamente com Asgaard e CNA, compromisso vinculante com a Bourbon Offshore Marítima S.A. (“BOM”) e sua controladora envolvendo: (i) o aumento da frota atual da Asgaard pela aquisição de 3 (três) embarcações AHTS brasileiras de propriedade da BOM (Geonísio Barroso, Haroldo Ramos e Yvan Barreto) e (ii) uma parceria para operação de embarcações de apoio marítimo brasileiras e estrangeiras do grupo Bourbon e do grupo MLog no Brasil, parceria esta que se inicia já operando uma embarcação estrangeira adicional da BOM no país (Bourbon Cormorant). A completa implementação desta operação contém passos já concluídos e determinados passos que estão sujeitos a aprovações de terceiros.

Além de atingirmos uma escala mínima operacional e de criarmos uma parceria com uma das maiores e melhores operadoras de embarcações de apoio marítimo no mundo, esta operação possibilita a utilização de créditos do Adicional de Frete para Renovação da Marinha Mercante (“AFRMM”) existentes e futuros gerados pela CNA.

No segmento de mineração, de 2018 a 2019, a Companhia contava com duas principais frentes de atuação. Uma, a produção de minério de ferro em pequena escala através da Marsil, companhia adquirida em abril de 2018 em operação em que a Bociuiva passou a integrar o bloco de controle indireto da MLog e, na outra, o desenvolvimento do maior ativo da Companhia, o Projeto Morro do Pilar, com produção de minério de alta qualidade e em grande escala.

Durante o tempo em que esteve sob controle da MLog, a Marsil, companhia que passava por severo estresse financeiro e operacional quando adquirida, foi negativamente impactada pela não finalização do processo de adequação da situação financeira da companhia pela Bociuiva, conforme contratado na aquisição.

A persistência deste cenário levou a Administração da Companhia a uma atuação mais enfática contra a Bociuiva, que culminou na rescisão do contrato de aquisição da Marsil pela MLog, conforme Fato Relevante publicado em 17 de julho de 2019. Também como efeito da rescisão, a Bociuiva deixou de integrar o quadro acionário indireto da MLog.

No mesmo período de 2016 a 2019, o Projeto MOPI sofreu sua principal alteração estratégica. Inicialmente pensado como um modelo integrado mina-mineroduto-porto, o Projeto MOPI passou a considerar a produção própria de minério de ferro e alternativas logísticas via parcerias, se aproveitado da disponibilidade atual da infra-estrutura brasileira, que conta com pelo menos cinco grandes portos com capacidade ociosa para carregamento de minério no raio de alcance logístico de nossa mina.

Esta nova estratégia do Projeto MOPI, aliada às fortes altas ocorridas no preço do minério de ferro desde então, foram fundamentais para os avanços ocorridos, sendo o mais importante deles a

retomada as atividades de Licenciamento Ambiental do projeto. No terceiro trimestre de 2019, após a execução de estudos e atividades relacionadas ao cumprimento das condicionantes da Licença Prévia (“LP”) do Projeto, a MLog protocolou requerimento da Licença de Instalação (“LI”) do Projeto MOPI.

Pelos fatos acima, acreditamos que 2020 marca o início de uma nova fase operacional para a MLog.

Com a navegação operando já com escala mínima e com uma parceria que aumentará as chances de crescimento futuro, a *holding* atuará de maneira mais estratégica na atividade, com foco especial em novos negócios (fusões e aquisições e também em projetos comerciais estratégicos) e na alocação de capital da atividade.

Na mineração, após o protocolo do requerimento da LI, iniciamos a remontagem do time executivo do Projeto MOPI, que focará seus esforços nos avanços técnicos do projeto e, principalmente, na estruturação de novas parcerias comerciais, logísticas e na captação de recursos específicos para o desenvolvimento e implantação do Projeto.

Os desafios da Companhia, porém, ainda são muitos. Com a maior parte de seus ativos em estágio pre-operacional, especialmente os relacionados ao Projeto Morro do Pilar, a MLog encerrou o ano de 2019 com volume consolidado de ativo circulante menor do que o de passivo circulante.

Esta circunstância está relacionada principalmente aos valores a pagar pela aquisição da CNA (Obrigações na Aquisição de Investimentos). A capacidade da Companhia em combinar o reescalonamento deste passivo, o levantamento de capital adicional ou de executar seu plano de negócios, com foco na geração de caixa de suas atividades de navegação (incluindo a anunciada operação com a BOM) e a conversão de AFRMM em caixa livre são importantes para que suas atividades operacionais e pré-operacionais não sejam comprometidas.

COVID-19

A Administração da MLog e suas subsidiárias, seguindo orientação da CVM em OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/n.º 02/2020, analisou os potenciais riscos da pandemia COVID-19 em seus negócios.

Com a propagação em alta velocidade do COVID-19 não só na China, mas em todos os principais países do mundo, os mercados financeiros iniciaram uma fase de alta volatilidade e desvalorização intensa dos ativos de risco, causada pela incerteza acerca da magnitude e duração dos impactos econômico-financeiros da doença e das medidas restritivas de circulação e produção de bens.

Este tipo de cenário costuma estar associado à redução da disponibilidade de crédito e capital para novos investimentos, além de queda generalizada dos preços dos ativos, sejam eles listados ou não. A duração deste cenário vai depender da velocidade e eficácia das medidas de contenção da doença e incentivo econômico tomadas pelos governos mundiais.

No momento deste relatório, temos acesso à notícias que sugerem tanto cenários mais promissores, onde respostas agudas e eficientes levam à queda ou impedem a alta explosiva de casos, como na China, Tailândia, Japão e Coréia do Sul, e outros onde a propagação do COVID-19 parece tomar o caminho quase do descontrole, como Itália, Irã e possivelmente Estados Unidos e outros países que ainda estão no estágio inicial de impacto da doença.

O sucesso no controle e combate do COVID-19 significará prejuízo à economia global agudo mas de curta duração, enquanto a falta de coordenação ou de eficiência nas estratégias de combate da pandemia poderão significar longo período de declínio do produto interno bruto e da corrente de comércio internacional.

Desde a semana de 17 de março de 2020, a MLog implanta medidas operacionais de redução do risco de contaminação pelo COVID-19 de seus colaboradores, dentre as quais: utilização de trabalho à distância (home office), suspensão de reuniões presenciais que possam ser realizadas virtualmente, comunicação de medidas preventivas de contaminação, questionários de risco e atuação conjunta com seus médicos do trabalho, laboratórios de teste em caso de necessidade e plano de saúde.

Embora seja difícil a realização de previsão de impactos na Companhia de situação tão complexa, com cenários de exceção e, até certo ponto, exógenos às decisões da Administração, já que o COVID-19, mais que um risco individual da Companhia, é um problema social, a Administração elenca abaixo o que acredita serem os principais riscos associados à esta crise, por linha de negócio:

Navegação

O negócio de navegação da MLog é composto pela navegação de apoio à indústria de petróleo offshore, com a Asgard, e serviços logísticos à indústria de petróleo, com a CNA.

A Asgard opera hoje com contratos firmes e de prazos mais longos, de pelo menos 1 ano, com a Petrobras, com demanda e preço contratuais garantidos.

Dentre os principais possíveis riscos associados às operações da Asgard, incluindo BOM, estão:

- Interrupção dos serviços pela Petrobras por motivos de Força-Maior;
- Interrupção temporária da capacidade de prestação de serviços pela Asgard por eventos de Força-Maior como quarentena sanitária, falta de pessoal técnico devidamente qualificado e autorizado e de materiais essenciais à prestação de serviços, como óleo combustível, rancho para os tripulantes e peças para manutenção da embarcação;
- Aumento dos riscos operacionais causados por problemas de comunicação, controle e gestão, todos potencialmente impactados pela atuação regulatória do poder público.

A CNA opera no transporte de petróleo cru e derivados com carteira diversificada de clientes, rotas e produtos na região Norte do Brasil. Seus principais clientes são Raizen e Petrobras e suas

principais rotas são Coari-Manaus e Manaus-Porto Velho, onde são transportados petróleo cru, diesel, gasolina e outros derivados.

Dentre os principais possíveis riscos associados à CNA, estão:

- Redução da demanda por serviços de transporte de óleos e derivados em sua região de atuação, que impactariam negativamente o volume transportado, a receita líquida e o resultado operacional da companhia;

- Interrupção temporária da capacidade de prestação de serviços pela CNA por eventos de Força-Maior como quarentena sanitária, falta de pessoal técnico devidamente qualificado e autorizado e de materiais essenciais à prestação de serviços, como óleo combustível, rancho para os tripulantes e peças para manutenção da embarcação;

- Aumento dos riscos operacionais causados por problemas de comunicação, controle e gestão, todos potencialmente impactados pela atuação regulatória do poder público.

Conforme Nota Explicativa 24 sobre seguros, ambas Asgaard e CNA possuem contratos de seguro que incluem proteções em casos extremos, mas alguns cenários citados acima podem estar fora destas coberturas, com seus impactos sendo mais severos aos resultados da atividade de Navegação da MLog.

Mineração

O negócio de mineração da MLog, cujo principal ativo é o Projeto Morro do Pilar, encontra-se em estágio pré-operacional. Com isto, os riscos operacionais gerados pelo COVID-19 e associados ao ativo são limitados. Conforme mencionado nas Informações e Demonstrações Financeiras anteriores, a Companhia realiza esforço de captação de recursos para implantação do Projeto e a manutenção do cenário de volatilidade e queda dos preços dos ativos pode impactar o valor de seu ativo e a linha do tempo de implantação do Projeto Morro do Pilar.

A Administração da MLog entende que até o momento, não é necessário nenhum ajuste em suas Demonstrações Financeiras em função do COVID-19 e suas consequências, mas está acompanhando a evolução da pandemia, tanto em nível global quanto local, e comunicará a seus acionistas os Fatos Relevantes que possam ser desencadeados pela situação conforme surjam novos acontecimentos.

2. Desempenho Operacional

Demonstraremos a seguir os principais indicadores operacionais de nossas subsidiárias para o último ano.

i. Asgaard Navegação

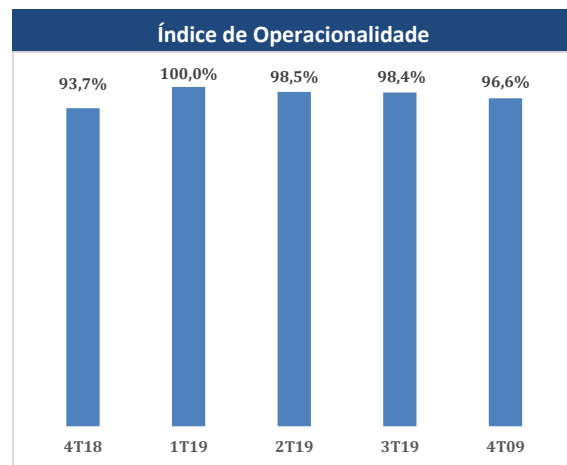
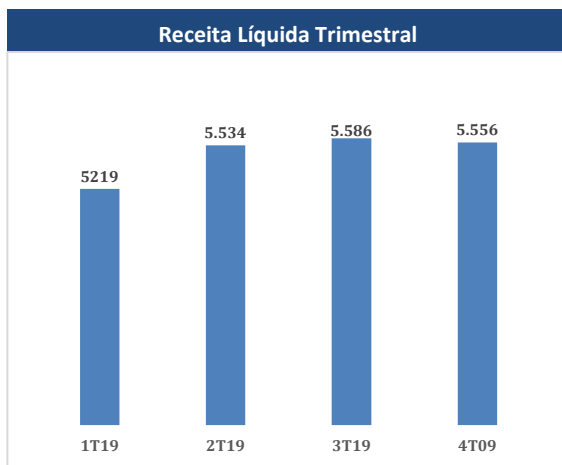


Operando desde março de 2016, o OSRV Asgaard Sophia vem apresentando índices positivos de operacionalidade, como demonstrado nos gráficos abaixo.

Em 2019, a Asgaard foi eleita pela 4ª vez seguida a melhor companhia dentre as mais de 50 avaliadas, segundo o PEOTRAM da Petrobras.

No quarto trimestre de 2019, o índice de operacionalidade do Asgaard Sophia ficou abaixo dos trimestres anteriores por uma parada não programada da embarcação e pelo atraso no procedimento de troca de tripulação.

A Receita Líquida trimestral ficou em linha com a média do ano, impactada por uma operacionalidade menor e pela taxa de câmbio maior.



ii. CNA – Companhia de Navegação da Amazônia

A CNA segue operando seus ativos em níveis próximos ao limite de sua frota atual dadas as condições regionais atuais, tanto climáticas quanto de infra-estrutura de armazenagem. A CNA estuda a construção de novas embarcações para sustentar seu crescimento orgânico, já que qualquer crescimento significativo de receita futura dependerá de aumento da capacidade instalada.

Em 2019, a CNA apresentou Receita Líquida 7% acima do ano anterior. Parte desta variação foi causada pela menor base de 2018, ano afetado por evento não recorrente gerado na renovação do contrato da rota de Coaria com a Petrobras e parte devido a esforços comerciais da gestão. Destaque do ano para o início de transporte spot de etanol de milho produzido no Mato Grosso e exportado pelo chamado Arco Norte.

Parte importante do resultado da CNA é o Adicional de Frete para Renovação da Marinha Mercante (“AFRMM”), regulado principalmente pela lei 10.893 de 2004. O AFRMM é um tributo federal incidente sobre o frete marítimo que tem como objetivo o apoio ao desenvolvimento da marinha mercante e da indústria de construção e reparação naval brasileiras, e constitui fonte básica do Fundo da Marinha Mercante (FMM).

As alíquotas do AFRMM variam de acordo com o tipo de produto, transporte e região de origem ou destino. Na atividade de transporte fluvial de granéis líquidos na região Norte, a alíquota incidente de AFRMM é de 40% sobre o preço do frete. O adicional de frete gerado pelos serviços prestados pela CNA é posteriormente creditado em uma conta vinculada da empresa junto ao Banco do Brasil e pode ser usado pela CNA, por suas coligadas ou por sua controladora, principalmente para:

- a. aquisição de embarcações novas, para uso próprio, construídas em estaleiros brasileiros;
- b. para intervenção (jumborização, conversão, modernização, docagem ou reparação) de embarcação própria em estaleiro brasileiro;
- c. para o pagamento de prestação de principal e encargos de financiamento concedido com recursos do FMM.

A contabilização do AFRMM segue as regras do CPC 07 (IAS 20). Quando o serviço de frete é finalizado, o valor a receber de AFRMM é reconhecido simultaneamente no ativo de longo prazo e no passivo não circulante, como receita diferida, não impactando, no momento inicial, o resultado da CNA. Em um prazo médio de aproximadamente 30 meses, este crédito do AFRMM é depositado na conta vinculada da CNA junto ao Banco do Brasil. Neste momento o AFRMM passa a estar disponível para uso conforme o permitido.

Quando o AFRMM é utilizado, o passivo não circulante que foi contrapartida de seu lançamento e a receita passam a ser afetados como segue:

Se a companhia utiliza R\$100 para a compra de uma embarcação que será depreciada em 20 anos, seu balanço passará a indicar no imobilizado o valor inicial de R\$100 e o passivo continuará apresentando valor também de R\$100 como receita diferida de AFRMM.

Depois do primeiro ano de uso da embarcação, o ativo imobilizado indicará R\$95 (R\$100 – R\$5 de depreciação). O passivo será também reduzido no mesmo montante da depreciação, passando a marcar R\$95. Em contrapartida à esta redução do passivo, será lançado no resultado o valor de R\$5 de em Receita Líquida.

Ou seja, embora o efeito caixa da utilização do AFRMM ocorra em aproximadamente 30 meses e sua utilização não gere um passivo financeiro para a companhia, o lançamento dos valores deste benefício econômico aos acionistas se dá, contabilmente, ao longo da vida útil do ativo.

iii. MOPI - Morro do Pilar



Como decorrência do acidente ocorrido com a barragem da Vale S.A. em Brumadinho em janeiro de 2019, a regulação do setor de mineração sofreu alterações importantes, todas elas no sentido de aumentar a segurança operacional. As consequências para a indústria da mineração, especialmente no estado de Minas Gerais, serão sentidas ao longo dos próximos anos e provavelmente significarão redução da produção de minério de ferro em certas minas e/ou regiões produtoras, com a queda de volumes de produção possivelmente sendo compensada por novos projetos em regiões menos densas e em reservas com características naturais que favoreçam o menor uso de barragem e/ou o uso de estruturas mais seguras.

O Projeto MOPI está localizado em uma das zonas menos densamente populadas da região ferrífera de Minas Gerais e as características naturais do rejeito de nosso processo produtivo favorecem a adoção de soluções tecnológicas mais seguras a custos competitivos. Por estes fatores, entendemos que as alterações regulatórias, embora signifiquem maior investimento em estudos, são positivas para o Projeto MOPI.

Em 2019, após executarmos os estudos e atividades relacionadas ao cumprimento das condicionantes da LP do Projeto, protocolamos o pedido de Licença de Instalação (“LI”) do Projeto Morro do Pilar.

Em paralelo aos esforços de licenciamento do Projeto, iniciamos a remontagem do time executivo do Projeto MOPI, que focará seus esforços nos avanços técnicos e, principalmente, na estruturação de novas parcerias comerciais, logísticas e na captação de recursos específicos para o desenvolvimento e implantação do Projeto.



iv. Mineração Marsil

A Marsil é uma mineradora de pequeno porte localizada na região conhecida como Quadrilátero Ferrífero, próxima ao município de Itabira, no estado de Minas Gerais.

Adquirida em abril de 2018 e após parada programada para implantação de melhorias, a companhia voltou a operar em setembro do mesmo ano.

Até o segundo trimestre de 2019, seguimos no trabalho de otimização da operação em busca dos resultados esperados. Na parte operacional, a Marsil seguiu evoluindo, mas com velocidade negativamente impactada pela não finalização do processo de adequação da situação financeira da companhia pela Bocaiuva, conforme acordado na aquisição da Marsil.

A aquisição da Marsil foi realizada de forma que a companhia passasse a integrar o grupo MLog livre de dívidas e passivos contingentes, conhecidos ou não. Na aquisição, o Grupo Bocaiuva assumiu a responsabilidade pelo pagamento da dívida bancária da Marsil, que totalizava de R\$71.770 em 30 de junho de 2019.

Em 5 de julho de 2018, o Sr. Iracy Parreiras, controlador indireto e administrador do Grupo Bocaiuva, responsável pela condução da negociação da operação pelo Grupo Bocaiuva, faleceu em consequência de um mal súbito.

Após início do processo de inventário do Sr. Iracy Parreiras, o Grupo Bocaiuva não obteve sucesso na equalização e assunção dos passivos da Marsil. As atividades operacionais da Marsil passaram a ser negativamente afetadas pela situação, oferecendo riscos também à MLog.

Conforme Fato Relevante protocolado em 17 de julho de 2019, a Companhia formalizou a rescisão contratual de aquisição da Marsil, deixando de participar desta sociedade. Com esta operação, os ativos e passivos da Marsil deixarão de ser consolidados na MLog. Também como efeito da operação, a Bocaiuva deixou de integrar o quadro acionário indireto da MLog.

v. CDNC

A Companhia segue analisando as oportunidades e possibilidades de desenvolvimento de projeto em seu terreno de Linhares.

3. Demonstrações Financeiras Consolidadas

Resultado do exercício

A Companhia apresentou prejuízo consolidado de R\$29.530 no ano de 2019. Este resultado está impactado pelas receitas e despesas financeiras decorrentes principalmente da dívida com a aquisição da CNA, pelas depreciações, pelo CPC 07 (regras de contabilização do AFRMM) e pelos gastos gerais e administrativos, incluindo os corporativos da holding e pré-operacionais relacionados ao Projeto MOPI.

Em 2018, Companhia passou a reportar suas atividades em dois segmentos de negócios: Mineração e Navegação.

A atividade de Navegação inclui as operações das investidas CNA e Asgaard, enquanto a Mineração é composta pelo Projeto MOPI.

4T 2019	Navegação	Mineração	Consolidado
Receita Líquida	17.711	0	17.711
EBITDA Contábil	61	-3.351	-3.290
Ajuste Receita Contábil com Subvenção de AFRMM - CPC 07	-3.051	0	-3.051
Itens Não Recorrentes	0	0	0
EBITDA Ajustado	-2.990	-3.351	-6.341
Depreciação/Amortização	-2.561	-112	-2.673
Receitas Financeiras	-49	3.681	3.632
Despesas Financeiras	-687	2.529	1.842
AVP + Despesas Financeiras Aquisição CNA	-3.418	0	-3.418
Receita Contábil com Subvenção de AFRMM - CPC 07	3.051	0	3.051
Itens Não Recorrentes	0	0	0
IR/CSLL	-537	0	-537
Resultado Contábil	-7.191	2.747	-4.444
AFRMM Gerado no Período	4.872	0	4.872
Ajuste AVP + Despesas Financeiras Aquisição CNA	3.418	0	3.418
Receitas/Despesas Não Recorrentes	0	0	0
Ajuste Depreciação/Receita Subvenção AFRMM CPC07	-490	0	-490
Resultado Econômico	609	2.747	3.356

Ano 2019	Navegação	Mineração	Consolidado
Receita Líquida	64.108	8.286	72.394
EBITDA Contábil	12.760	-16.592	-3.832
Ajuste Receita Contábil com Subvenção de AFRMM - CPC 07	-10.518		-10.518
Itens Não Recorrentes	-255		-255
EBITDA Ajustado	1.987	-16.592	-14.605
Depreciação/Amortização	-10.542	-896	-11.438
Receitas Financeiras	181	3.824	4.005
Despesas Financeiras	-1.265	-603	-1.868
AVP + Despesas Financeiras Aquisição CNA	-15.937		-15.937
Receita Contábil com Subvenção de AFRMM - CPC 07	10.518		10.518
Itens Não Recorrentes	255		255
IR/CSLL	-460		-460
Resultado Contábil	-15.263	-14.267	-29.530
AFRMM Gerado no Período	16.687		16.687
Ajuste AVP + Despesas Financeiras Aquisição CNA	15.937		15.937
Receitas/Despesas Não Recorrentes	-255		-255
Ajuste Depreciação/Receita Subvenção AFRMM CPC07	24		24
Resultado Econômico	17.130	-14.267	2.863

Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia encerrou o ano de 2019 com posição consolidada em caixa de R\$1.581.

Ativo e Passivo circulantes

Com a maior parte de seus ativos em estágio pré-operacional, especialmente os relacionados ao Projeto Morro do Pilar, a MLog encerrou o ano de 2019 com volume consolidado de ativo circulante menor do que o de passivo circulante.

Esta circunstância está relacionada principalmente aos valores a pagar pela aquisição da CNA (Obrigações na Aquisição de Investimentos). A capacidade da Companhia em combinar o reescalonamento deste passivo, o levantamento de capital adicional ou de executar seu plano de negócios, com foco na geração de caixa de suas atividades de navegação (incluindo a anunciada operação com a BOM) e a conversão de AFRMM em caixa livre são importantes para que suas atividades operacionais e pré-operacionais não sejam comprometidas.

Empréstimos Bancários

A Companhia encerrou 2019 com endividamento bancário de R\$12.943, com a maior parte dele de curto prazo.

4. Responsabilidade Socioambiental

Como forma de reforçar o compromisso da Companhia com as melhores práticas socioambientais, a MLog aderiu, voluntariamente, ao Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU). Entre os princípios norteadores desse compromisso contam-se o respeito aos direitos humanos no trabalho, o respeito ao meio-ambiente, a integridade e o combate à corrupção.

5. Mercado de Capitais e Governança Corporativa

A MLog é uma companhia aberta, registrada na Comissão de Valores Mobiliários (CVM). No primeiro trimestre de 2017, o registro de listagem de ações da Companhia na BM&FBovespa não foi renovado.

O Conselho de Administração da Companhia, eleito na Assembleia Geral Ordinária ocorrida em 30 de abril de 2019, é composto atualmente por três membros, todos com mandato até a próxima Assembleia Geral Ordinária, sendo permitida a reeleição. São atuais membros deste Conselho: Luiz Claudio Souza Alves, Presidente do Conselho de Administração, Alvaro Piquet e Otavio Paiva. Patricia Tendrich Pires Coelho e Eduardo Borges, eleitos na mesma Assembléia, renunciaram seus cargos ao longo de 2019.

No dia 07 de maio de 2019, o Conselho de Administração da Companhia elegeu a Diretoria para um mandato a encerrar após a realização da próxima Assembleia Geral Ordinária da Companhia. A atual Diretoria é composta por, Elias David Nigri (Diretor Presidente Interino), Luiz Claudio Souza Alves (Diretor Presidente Adjunto), Julia Souza de Paiva (Diretora Administrativa-Financeira), Sabrina Juhasz (Diretora Jurídica) e Gustavo Barbeito de Vasconcellos Lantimant Lacerda (Diretor de Planejamento e de Relações com Investidores).

6. Cláusula Compromissória

A Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho de Administração obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada, ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos das disposições contidas no Estatuto Social, nos acordos de acionistas arquivados na sede da Companhia, na Lei das Sociedades por Ações, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil ou pela CVM, nos regulamentos da CVM, nos regulamentos da BM&FBovespa, nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, nas Cláusulas Compromissórias e no Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado, conduzida em conformidade com este último Regulamento.

7. Auditores Independentes

Em atendimento à Instrução CVM nº 381 de 2003, a Companhia informa que a KPMG Auditores Independentes presta serviços de auditoria externa para a Companhia relacionados ao exame de suas demonstrações financeiras.

Rio de Janeiro, 30 de março de 2020.

A Administração

MLog S.A.

Demonstrações financeiras individuais
e consolidadas
em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	3
Balancos patrimoniais	8
Demonstrações dos resultados	10
Demonstrações dos resultados abrangentes	11
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	12
Demonstrações dos fluxos de caixas	13
Demonstrações do valor adicionado	14
Notas explicativas as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	15



KPMG Auditores Independentes

Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro

20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Telefone +55 (21) 2207-9400

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da MLOG S.A.

Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da MLOG S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da MLOG S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

1 – Subvenção Governamental

Conforme Notas Explicativas nºs 3 (m) e 5 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Principal assunto de auditoria	Como nossa auditoria endereçou esse assunto
<p>A MLOG recebe por meio de sua controlada indireta (Companhia de Navegação da Amazônia - “CNA”) recursos provenientes de subvenção governamental. O Adicional de Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM) incide sobre o frete do transporte aquaviário da carga de qualquer natureza descarregada em porto brasileiro e é repassado na forma de subvenção governamental. Devido às incertezas relacionadas ao cronograma de liberação e disponibilização dos recursos do benefício do AFRMM, das características relacionadas à aplicação destes recursos conforme definido na Lei 10.893/04 e da incerteza quanto ao momento de reconhecimento desta subvenção governamental como receita no resultado do exercício, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:</p> <ul style="list-style-type: none">– Avaliação do desenho dos principais controles internos relacionados a identificação, avaliação, mensuração e divulgação da subvenção governamental;– Avaliação da existência e da mensuração dos recursos do AFRMM registrados como depósitos de AFRMM em conta vinculada, por meio de confirmações externas;– Confronto entre a utilização dos recursos do AFRMM com o permitido na respectiva lei do AFRMM (Lei 10.893/04);– Recálculo de depreciação e teste, por amostragem, dos comprovantes de gastos com reparos, que são base para o reconhecimento da receita de subvenção e confronto com o registro no resultado do exercício; e– Avaliação das divulgações relacionadas aos saldos do AFRMM que constam nas demonstrações financeiras. <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que o saldo de subvenções governamentais, bem como as divulgações relacionadas são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.</p>

2 – Valor recuperável de ativo imobilizado, intangível e ágio (individual e consolidado)

Conforme Notas Explicativas nºs 3(d), 3(e), 9 e 10 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Principal assunto de auditoria	Como nossa auditoria endereçou esse assunto
<p>A Companhia avaliou a existência de indicadores de redução ao valor recuperável em relação às suas unidades geradoras de caixa ("UGCs") e para o cálculo do valor recuperável de cada UGC considerou o valor em uso por meio de fluxo de caixa descontado, não identificando perdas, com base em projeções econômico-financeiras de cada UGC. Adicionalmente, a Companhia possui ágio sujeito à avaliação anual de recuperabilidade (Impairment). Devido às incertezas inerentes às projeções de estimativas de fluxo de caixa para determinar o valor em uso do ativo imobilizado e intangível, assim como para a determinação da taxa de desconto a ser utilizada, que requerem um grau significativo de julgamento por parte da Companhia, consideramos esse assunto como significativo para nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:</p> <ul style="list-style-type: none">– Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos as premissas e as metodologias utilizadas na preparação do teste de redução ao valor recuperável e comparamos as principais premissas com dados obtidos de fontes externas, tais como, o preço futuro do minério, dos aluguéis das embarcações, o crescimento econômico projetado, a inflação de custos e as taxas de desconto, assim como avaliamos as análises de sensibilidade sobre essas premissas;– Avaliamos também as divulgações efetuadas quanto à recuperação dos ativos registrados pela Companhia. <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitáveis o valor recuperável do ativo imobilizado, intangível e ágio, bem como as divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.</p>

Outros assuntos – Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante,

inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas

conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também a administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 30 de março de 2020

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Thiago Ferreira Nunes
Contador CRC RJ-112066/O-0

MLog S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	18	2.061	1.581	11.289
Depósitos de AFRMM em conta vinculada	5	-	-	69.278	13.689
Contas a receber de clientes	6	-	-	6.515	6.545
Adiantamentos a fornecedores		100	16	226	337
Estoques		-	-	428	1.440
AFRMM para liberação	5	-	-	-	24.052
Mútuos com partes relacionadas	12	250	4.172	1.093	975
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	7	1.573	2.364	3.483	5.115
Outros impostos a recuperar	7	-	-	5.919	6.305
Despesas antecipadas		103	92	695	605
Direitos na transação negocial	1	-	-	-	79.354
Outros créditos		20	15	1.657	1.299
Total do ativo circulante		2.064	8.720	90.875	151.005
Não circulante					
Adiantamentos para futuros aumentos de capital	8	545	1.945	-	-
Depósitos judiciais		-	-	3.280	2.340
Outros impostos a recuperar	7	-	-	-	141
AFRMM para liberação	5	-	-	9.126	20.608
Mútuos com partes relacionadas	12	53.529	-	53.529	-
Bloqueios judiciais		296	312	296	752
Direitos na Transação Negocial	1	-	-	11.215	-
Investimentos	8	165.859	216.755	-	-
Imobilizado	9	1.632	2.001	197.706	224.778
Intangível	10	738.501	725.806	804.291	829.881
Total do ativo não circulante		960.362	946.819	1.079.443	1.078.500
Total do ativo		962.426	955.539	1.170.318	1.229.505

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

MLog S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Circulante					
Fornecedores	13	289	720	6.952	7.392
Empréstimos bancários	22	-	-	9.209	71.157
Salários e encargos sociais		1.619	115	3.971	4.293
Imposto de renda e contribuição social a recolher		996	116	1.507	818
Outros impostos a recolher		23	59	2.038	4.669
Mútuos com partes relacionadas	12	51.446	36.292	-	-
Adiantamentos de clientes		-	-	1.238	1.310
Provisões	17	1.991	918	3.633	3.727
Obrigações na aquisição de investimentos	14	77.998	31.985	77.998	31.985
Outras contas a pagar	16	5.761	1.678	8.516	3.586
Total do passivo circulante		140.123	71.883	115.062	128.937
Não circulante					
Empréstimo bancários	22	-	-	3.734	562
Fornecedores	13	-	-	-	2.799
Provisão para passivo a descoberto	8	1.643	1.648	-	-
Tributos diferidos		-	-	297	89
Subvenções governamentais a apropriar - AFRMM	5	-	-	208.789	203.150
Obrigações na aquisição de investimentos	14	30.157	61.039	30.157	61.039
Outras contas a pagar	16	-	-	-	1.122
Provisões	17	5.999	6.935	21.786	11.389
Outros passivos não circulante		-	-	5.983	6.378
Total do passivo não circulante		37.799	69.622	270.746	286.528
Patrimônio líquido	18				
Capital social		1.161.678	1.161.678	1.161.678	1.161.678
Reserva para pagamento baseado em ações		25.308	25.308	25.308	25.308
Prejuízos acumulados		(402.482)	(372.952)	(402.482)	(372.952)
Atribuível à participação dos acionistas controladores		784.504	814.034	784.504	814.034
Participação de acionistas não controladores		-	-	6	6
Total do patrimônio líquido		784.504	814.034	784.510	814.040
Total do passivo e patrimônio líquido		962.426	955.539	1.170.318	1.229.505

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

MLog S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto pelo prejuízo por ação que está expresso em reais)

		<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	Nota	2019	2018	2019	2018
Receita líquida de prestação de serviços	19	-	-	72.394	66.594
Custos dos serviços prestados	19	-	-	(67.743)	(61.284)
Resultado bruto		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>4.651</u>	<u>5.310</u>
Despesas operacionais				/	
Com pessoal	24	(6.312)	(7.273)	(17.900)	(20.133)
Serviços prestados		(2.249)	(3.277)	(3.110)	(4.063)
Gerais e administrativas		(2.419)	(1.973)	(5.551)	(6.216)
Depreciação e amortização		(441)	(857)	(623)	(1.122)
Tributárias		(100)	(144)	(569)	(711)
Outras receitas (despesas) operacionais					
Equivalência patrimonial de sociedades controladas	8	(7.696)	9.415	-	-
Subvenção de AFRMM	5	-	-	10.518	12.040
Outras receitas (despesas) operacionais		<u>2.320</u>	<u>-</u>	<u>(2.686)</u>	<u>3.203</u>
		<u>(16.897)</u>	<u>(4.109)</u>	<u>(19.921)</u>	<u>(17.002)</u>
Resultado operacional antes do resultado financeiro		(16.897)	(4.109)	(15.270)	(11.692)
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	20	3.845	649	4.005	9.954
Despesas financeiras	21	<u>(16.478)</u>	<u>(15.616)</u>	<u>(17.805)</u>	<u>(16.419)</u>
		<u>(12.633)</u>	<u>(14.967)</u>	<u>(13.800)</u>	<u>(6.465)</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(29.530)	(19.076)	(29.070)	(18.157)
Imposto de renda e contribuição social	11				
Correntes		-	-	(253)	(739)
Diferidos		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(207)</u>	<u>(57)</u>
Prejuízo do exercício		<u>(29.530)</u>	<u>(19.076)</u>	<u>(29.530)</u>	<u>(18.953)</u>
Prejuízo atribuível a:					
Acionistas controladores				(29.530)	(19.076)
Acionistas não controladores				-	123
Prejuízo por ação (básico e diluído)	18	(10,18)	(6,58)		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

MLog S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2019	2018	2019	2018
Prejuízo do exercício	(29.530)	(19.076)	(29.530)	(18.953)
Outros resultados abrangentes				
Ajustes acumulados de conversão	<u>-</u>	<u>(7.088)</u>	<u>-</u>	<u>(7.106)</u>
Resultado abrangente do exercício	<u>(29.530)</u>	<u>(26.164)</u>	<u>(29.530)</u>	<u>(26.059)</u>
Resultado abrangente atribuível a:				
Acionistas controladores			(29.530)	(26.164)
Acionistas não controladores			-	105

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

MLog S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social								Total
	Subscrito	A integralizar	Reserva de capital	(-) Custo na captação de recursos	Reserva para pagamento baseado em ações	Prejuízos acumulados	Ajustes acumulados de conversão	Participações de acionistas não controladores	
Em 31 de dezembro de 2017	1.276.193	(127.894)	-	(36.464)	25.308	(353.876)	7.088	(99)	790.256
Aumento de capital	-	42.632	7.211	-	-	-	-	-	49.843
Ajustes acumulados de conversão	-	-	-	-	-	-	(7.088)	(18)	(7.106)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(19.076)	-	123	(18.953)
Em 31 de dezembro de 2018	1.276.193	(85.262)	7.211	(36.464)	25.308	(372.952)	-	6	814.040
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(29.530)	-	-	(29.530)
Em 31 de dezembro de 2019	1.276.193	(85.262)	7.211	(36.464)	25.308	(402.482)	-	6	784.510

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

MLog

Demonstrações dos fluxos de caixas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo do exercício	(29.530)	(19.076)	(29.530)	(18.953)
Ajustes para conciliar o prejuízo ao caixa oriundo das atividades operacionais				
Depreciação e amortização	441	857	20.476	12.045
Baixa de ativo imobilizado	-	102	50	319
Ganho com baixa de investimento	(816)	-	(816)	-
Receita de subvenção de AFRMM	-	-	(10.518)	(12.040)
Juros passivos	14.999	14.827	8.299	16.024
Varição cambial não realizada	-	-	45	(7.884)
Resultado de equivalência patrimonial	7.696	(9.415)	-	-
Rendimento da conta vinculada do AFRMM	-	-	37	-
Tributos diferidos	-	-	207	57
Variações nos ativos e passivos				
Imposto de renda, contribuições e outros impostos a recuperar	791	2.007	(78)	1.517
Estoques	-	-	197	(1.112)
Despesas antecipadas	(11)	17	(234)	(175)
Outros ativos	(5)	15	(1.180)	1.183
Contas a receber de clientes	-	-	(1.964)	11.195
Bloqueios judiciais	15	513	(45)	(1.359)
Adiantamentos a fornecedores	(83)	110	12	192
Recebimento de subsídio de AFRMM	-	-	2.168	18.699
Fornecedores	40	(110)	(2.527)	(5.653)
Salários e encargos sociais	1.505	(427)	2.452	(212)
Imposto de renda, contribuições e outros impostos a recolher	881	(539)	2.328	87
Juros sobre mútuos com partes relacionadas	(3.036)	286	(3.642)	(94)
Juros de empréstimos bancários pagos	-	-	(314)	(9)
Contas a receber	-	-	-	(850)
Adiantamentos de clientes	-	-	394	(45)
Outras contas a pagar	2.985	(1.003)	3.914	(754)
Provisões	1.074	898	6.012	(8.452)
Outros passivos não circulantes	-	-	(395)	140
Caixa líquido provenientes das (utilizados nas) atividades operacionais	(3.054)	(10.938)	(4.652)	3.866
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Adiantamentos para futuros aumentos de capital	(545)	(1.945)	-	-
Mútuos com partes relacionadas – concedidos	(16.976)	(18.414)	(9)	(130)
Antecipação de recebíveis	-	-	-	(818)
Aquisições de investimentos	-	(50.000)	-	(50.000)
Aquisições de imobilizado	(2)	-	(2.196)	(2.481)
Adições ao intangível	(12.177)	(4.344)	(12.177)	(4.371)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	(29.700)	(74.703)	(14.382)	(57.800)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Pagamento de empréstimos bancários	-	-	(4.938)	(197)
Empréstimo bancário	-	-	15.069	3.000
Integralização de capital	-	49.843	-	49.843
Amortização da dívida na aquisição de investimentos	(805)	(22.018)	(805)	(22.018)
Mútuos com partes relacionadas - recebidos	31.516	38.553	-	155
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	30.711	66.378	9.326	30.783
Redução de caixa e equivalentes de caixa	(2.043)	(19.263)	(9.708)	(23.151)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.061	21.324	11.289	34.440
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	18	2.061	1.581	11.289

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

MLog

Demonstrações do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Receitas operacionais				
Vendas de serviços	-	-	83.646	79.387
Insumos adquiridos de terceiros				
Custo dos serviços vendidos	-	-	(52.217)	(42.665)
Despesas gerais e administrativas	(4.640)	(5.186)	(11.953)	(6.342)
Outras receitas	2.320	-	2.320	-
Outras receitas				
Subvenção de AFRMM	-	-	10.518	12.040
Depreciação e amortização	(441)	(857)	(623)	(1.122)
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado financeiro líquido	(12.633)	(14.967)	(6.786)	(6.465)
Resultado de equivalência patrimonial	(7.696)	9.415	-	-
Valor adicionado a distribuir	(23.090)	(11.595)	24.905	34.833
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal				
Remuneração direta	83	64	17.450	18.442
Honorários da administração	4.671	5.562	5.344	6.813
Benefícios	843	513	11.082	9.200
FGTS	6	6	1.863	1.844
	5.603	6.145	35.739	36.299
Tributárias				
Federais	746	1.258	12.342	11.371
Estaduais	-	-	5.470	4.602
Municipais	11	12	150	953
Remuneração de capital de terceiros				
Aluguéis	80	66	734	561
Prejuízo do exercício atribuível a:				
Acionistas da controladora	(29.530)	(19.076)	(29.530)	(19.076)
Acionistas não controladores	-	-	-	123
	(23.090)	(11.595)	24.905	34.833

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas ***(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)***

1. Contexto operacional

A MLog S.A. (“Companhia”) detém o controle integral das sociedades Morro do Pilar Minerais S.A.(“MOPI”), Companhia de Desenvolvimento do Norte Capixaba (“CDNC”), Dutovias do Brasil S.A.(“Dutovias”), Asgaard Navegação S.A.(“Asgaard”). A MLOG possui também participação indireta na Companhia de Navegação da Amazônia - CNA (“CNA”) por meio de sua controlada Asgaard.

A subsidiária CDNC não é operacional, sendo proprietária de um terreno no município de Linhares, no Espírito Santo. As subsidiárias MOPI e Dutovias, atuam nos segmentos de mineração. As subsidiárias Asgaard e CNA atuam no segmento navegação por meio de afretamento e operação de embarcações de apoio marítimo para a indústria de óleo e gás, caso da Asgaard, enquanto a CNA atua no transporte fluvial de granel líquido (petróleo cru, seus derivados e biocombustíveis).

Em 17/04/2017 a Asgaard celebrou contrato com a Petrobras de quatro anos, renováveis por igual período, para operação da embarcação Asgaard Sophia, que vinha operando para o mesmo cliente desde março de 2016 por meio de um contrato de curto prazo.

Quanto ao Projeto de extração de minério de ferro denominado “Morro do Pilar”, a Companhia efetuou os estudos e cumpriu as condicionantes da Licença Prévia (“LP”) necessárias para o protocolo da Licença de Instalação (“LI”), tendo oficializado o pedido da LI junto aos órgãos governamentais no terceiro trimestre de 2019, conforme Nota Explicativa n.16.

Conforme Fato Relevante de 19 de fevereiro de 2020, a MLog S.A. celebrou, juntamente com suas afiliadas Asgaard e CNA, compromisso vinculante com a Bourbon Offshore Marítima S.A. (“BOM”) e sua controladora envolvendo: (i) o aumento da frota atual da Asgaard pela aquisição de 3 (três) embarcações AHTS brasileiras de propriedade da BOM, (ii) a utilização de créditos do Adicional de Frete para Renovação da Marinha Mercante (“AFRMM”) e (iii) uma parceria para operação de embarcações de apoio marítimo brasileiras e estrangeiras do grupo Bourbon e do grupo MLog no Brasil. A completa implementação da operação contém passos já concluídos e determinados passos que estão sujeitos a aprovações de terceiros.

A Companhia apresenta nessas demonstrações financeiras prejuízos acumulados de R\$ 402.482 (R\$ 372.952 em 31 de dezembro de 2018).

A Administração entende que a recuperação dos valores registrados no ativo não circulante, depende da capacidade de execução de seu plano de negócios de longo prazo para as atividades de mineração e navegação.

Adicionalmente, a atividade de Mineração tem parcela significativa de seus ativos ainda em estágio pré-operacional (Projeto Morro do Pilar), que demandam significativos investimentos até o início de sua operação.

Com a maior parte de seus ativos em estágio pre-operacional, especialmente os relacionados ao Projeto Morro do Pilar, a Companhia encerrou o ano de 2019 com volume consolidado de ativo circulante menor do que o de passivo circulante. Esta situação está relacionada principalmente aos valores a pagar pela aquisição da CNA (Obrigações na Aquisição de Investimentos). A capacidade da Companhia em combinar o reescalonamento deste passivo, o levantamento de capital adicional ou de executar seu plano de negócios, com foco na geração de caixa de suas atividades de navegação (incluindo a anunciada operação com a BOM) e a conversão de AFRMM em caixa livre são importantes para que suas atividades operacionais e pré-operacionais não sejam comprometidas.

Combinação de negócios - aquisição da Marsil

Em abril de 2018, a Companhia adquiriu a totalidade das quotas de emissão da Marsil que era controlada pelo Grupo Bocaiuva..

Na aquisição da Marsil, o Grupo Bocaiuva assumiu contratualmente perante a MLog a responsabilidade não só pelo pagamento da totalidade dos empréstimos bancários da adquirida, que somavam R\$ 68.907 em 31/12/2018 em valores atualizados, mas também por outros passivos de naturezas diversas existentes na Marsil até a data de sua aquisição, no valor de R\$ 5.689 em 31/12/2018 totalizando R\$ 74.596 a ser pago pela Bocaiuva.

O preço de aquisição reconhecido a valor justo, incluindo parcela de contraprestação contingente, foi de R\$ 50.000 pagos à vista. Este valor foi desdobrado, em linha com a legislação vigente e pronunciamentos contábeis, da seguinte forma:

- R\$ 3.803: Valor de patrimônio líquido contábil na data da aquisição;
- R\$ 8.033: Mais valia decorrente do valor justo dos ativos líquidos da investida (avaliados conforme previsto no CPC 15 - Combinação de Negócios);
- R\$38.164: Intangível referente aos Direitos Minerários pertencentes à Companhia (avaliados conforme previsto no CPC 15 - Combinação de Negócios).

O valor justo dos ativos líquidos da investida, avaliados conforme previsto no CPC 15 (Combinação de Negócios), está assim demonstrado:

	Data base da aquisição em 25 de abril de 2018	
	Valor contábil	Valor justo
Ativo		
Circulante		
Contas a receber de clientes	454	454
Adiantamentos a fornecedores	56	56
Impostos a recuperar	57	57
Bloqueios Judiciais	440	440
Diretos na transação negocial (1)	67.180	67.180
Outros	30	30
	68.217	68.217
Não circulante		
Realizável a longo prazo		
Mútuos	694	694
Imobilizado	4.294	12.327
Intangível	-	38.164

MLog S.A.
*Demonstrações financeiras individuais e consolidadas
em 31 de dezembro de 2019 e 2018*

	Data base da aquisição em 25 de abril de 2018	
	Valor contábil	Valor justo
Passivo		
Circulante		
Fornecedores	371	371
Empréstimos e financiamentos	62.651	62.651
Salários e encargos	1.827	1.827
Obrigações tributárias	2.538	2.538
Provisões trabalhistas	341	341
Adiantamentos de clientes	110	110
	67.838	67.838
Não circulante		
Obrigações tributárias	442	442
Outras contas a pagar	1.122	1.122
	1.564	1.564
Ativo Líquido	3.803	50.000

No Instrumento Particular de Cessão e Transferência Definitiva de Quotas Societárias celebrado entre MLog e Bocaiuva, a Bocaiuva se responsabilizou pelas totalidades das dívidas da Marsil, bem como de todas e quaisquer contingências, contabilizadas ou não, cujo fato gerador seja anterior à data da aquisição.

Em 19/06/2019 em função de descumprimentos contratuais da Bocaiuva, a MLog apresentou um requerimento de instituição de arbitragem contra a Bocaiuva perante a Câmara de Arbitragem do Mercado com o objetivo de obter a declaração de resolução do Contrato de Aquisição da Marsil.

Em 16/07/2019, a administração da Companhia celebrou com a Bocaiuva o Instrumento Particular de Rescisão, onde distrata as obrigações assumidas no contrato de Aquisição da Marsil. Nesse instrumento cede a totalidade das quotas da Marsil à Bocaiuva pelo valor de R\$ 50.000. Com esta Rescisão, a Companhia deixou de consolidar a Marsil e, conseqüentemente, os saldos relacionados a Combinação de negócios - aquisição da Marsil, foram integralmente baixados o que inclui os valores de Direitos na transação negocial e Empréstimos bancários. O impacto no resultado foi um ganho de R\$ 816, registrado na conta outras receitas operacionais.

O Instrumento Particular de Rescisão prevê ainda, dentre outras cláusulas, (i) assunção da obrigação de pagamento à MLog de R\$ 50.000 da Bocaiuva pela acionista Maverick Holding S.A. (“Maverick Holding”) e (ii) a saída do Grupo Bocaiuva do quadro acionário e do bloco de controle indireto da MLog.

Após a conclusão da operação, a Maverick Holding solicitou à Companhia que convocasse Assembléia Geral Extraordinária para aprovar a possibilidade de substituição do compromisso de crédito assumido no valor de R\$ 50.000, corrigido por juros remuneratórios equivalentes a IGPM acrescido de 12% ao ano, pelo compromisso de pagamento, pela Maverick Holding à Companhia, de montante correspondente a 11,39% do valor líquido a ser recebido pela Companhia em uma eventual venda, total ou parcial, do Projeto Morro do Pilar.

Esta Assembléia foi suspensa a pedido de um acionista minoritário detentor de mais de 5% das ações da MLog. A Administração aguarda a evolução das discussões acerca do tema para tomar as necessárias providências para execução do referido crédito e/ou sua conversão em instrumento alternativo, caso assim determine eventual Assembléia da Companhia.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no pressuposto da continuidade.

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto para determinados ativos e passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e investimentos mensurados pelo método de equivalência patrimonial, conforme descrito nas práticas contábeis.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em reais (R\$), sendo essa a moeda do ambiente econômico no qual a Companhia atua (“moeda funcional”).

A Administração evidencia todas as informações relevantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas as quais correspondem aquelas utilizadas por ela na sua gestão.

A Administração da Companhia autorizou a divulgação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 30 de março de 2020.

2.1 Base de consolidação e investimentos societários

As demonstrações contábeis consolidadas, que incluem as informações da Companhia, das controladas e de sua operação em conjunto, foram elaboradas utilizando práticas contábeis consistentes e, quando necessário, ajustes são efetuados às demonstrações dessas investidas para garantir a conformidade com as políticas contábeis adotadas pela Companhia.

Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre a Companhia, suas controladas e operação em conjunto são eliminados integralmente nas demonstrações consolidadas.

As participações societárias incluídas no processo de consolidação são:

Investimentos	Participação 31/12/2019	Participação 31/12/2018
Cia de Desenvolvimento do Norte Capixaba	100%	100%
Morro do Pilar Minerais S.A.	100%	100%
Asgaard Navegação S.A.	100%	100%

Mineração Marsil Eireli	0%	100%
Dutovias do Brasil S.A.	100%	100%

Controladas

As controladas são consolidadas a partir da data em que o controle é obtido até a data em que esse controle deixa de existir.

A Companhia controla a investida quando está exposta ou tem direitos sobre os retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre a investida.

Nas demonstrações contábeis individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Negócios em conjunto

Negócio em conjunto é aquele em que duas ou mais partes têm o controle conjunto estabelecido contratualmente, podendo ser uma operação em conjunto ou um empreendimento controlado em conjunto, dependendo dos direitos e obrigações das partes.

Em uma operação em conjunto, as partes integrantes têm direitos sobre os ativos e obrigações sobre os passivos relacionados ao negócio, já em um empreendimento controlado em conjunto, as partes têm direitos sobre os ativos líquidos do negócio.

A Companhia reconhece nas demonstrações consolidadas a sua participação nas receitas, despesas, ativos e passivos detidos na operação em conjunto. Nas demonstrações contábeis individuais, a operação em conjunto, constituída por meio de entidade veículo com personalidade jurídica própria, é reconhecida pelo método de equivalência patrimonial.

Os investimentos em empreendimentos controlados em conjunto são reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Coligada

Coligada é a entidade sobre a qual a Companhia possui influência significativa, definida como o poder de participar das decisões sobre políticas financeiras e operacionais de uma investida, mas sem que haja o controle individual ou conjunto dessas políticas.

O investimento em coligada é reconhecido pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

3 Sumário das principais práticas contábeis

A seguir apresentamos as principais práticas contábeis utilizadas pela Companhia nas demonstrações financeiras individuais e suas subsidiárias constantes das demonstrações financeiras consolidadas:

a. Instrumentos financeiros

O CPC 48 estabelece, entre outros, novos requerimentos para: classificação e mensuração de ativos financeiros, mensuração e reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros, modificações nos termos de ativos e passivos financeiros e divulgação.

i. Classificação e mensuração de ativos financeiros

O CPC 48 estabelece três categorias para classificação de ativos financeiros: mensurados pelo custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado. A classificação é baseada nas características dos fluxos de caixa contratual e no modelo de negócios para gerir o ativo.

ii. Modificação de fluxo de caixa contratual de passivos financeiros

O CPC 48 estabelece que os saldos contábeis de passivos financeiros mensurados a custo amortizado, cujos termos contratuais foram modificados não substancialmente, deve refletir o valor presente dos seus fluxos de caixa sob os novos termos, utilizando a taxa de juros efetiva original. A diferença entre o saldo contábil do instrumento remensurado quando da modificação não substancial dos seus termos e seu saldo contábil imediatamente anterior a tal modificação deve ser reconhecida como ganho ou perda no resultado do período.

A Companhia não realiza operações de hedge, swap ou quaisquer outras operações que envolvam instrumentos financeiros derivativos.

b. Equivalentes de caixa

São considerados equivalente de caixa as aplicações financeiras de curto prazo e de conversibilidade imediata em um montante conhecido, estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Um investimento normalmente se qualifica como título de curto prazo quando possui vencimento de até três meses a contar da data da aquisição.

c. Investimentos em controladas

Nas demonstrações contábeis individuais da controladora, os investimentos em controladas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial, sendo eliminados para fins de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

d. Imobilizado

O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada e, quando aplicável, da redução do seu valor recuperável. Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados. As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são apresentadas na Nota Explicativa nº 9. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

e. Intangível

Os ativos intangíveis compreendem principalmente direitos minerários, gastos com exploração e avaliação de recursos minerais e obtenção de licenças e são avaliados ao custo de aquisição deduzido, quando aplicável, da amortização acumulada e da redução ao valor recuperável.

Os gastos com exploração e avaliação de recursos minerais e obtenção de licenças são capitalizados somente se os benefícios econômicos futuros forem prováveis e se a Companhia tiver a intenção de concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é reconhecida no resultado. O ágio não é amortizado.

As vidas úteis estimadas do ativo intangível são apresentadas na Nota Explicativa nº 10. Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

f. Redução ao valor recuperável de ativos

Os valores contábeis dos ativos são, para fins de desvalorização, revistos anualmente ou quando houver indicação potencial de perda no valor recuperável.

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de impairment. Os ativos que estão sujeitos à amortização e ou depreciação, tais como ativos imobilizados, são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa de entrada identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa).

g. Provisões

Provisões são reconhecidas quando há obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de evento passado, e é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

h. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social são apurados pelo regime de tributação com base no lucro real. A base de cálculo para apuração dos impostos considera as adições e exclusões previstas na legislação vigente. A Administração somente registra imposto de renda e contribuição social diferidos ativos decorrentes de prejuízos fiscais quando da evidencia de utilização em lucros tributáveis futuros.

i. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e o exercício de julgamento por parte da Administração na aplicação das políticas contábeis da Companhia. Essas estimativas são baseadas na experiência e conhecimento da Administração nas informações disponíveis na data do balanço e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros que se acredita serem razoáveis sob circunstâncias normais. Alterações nos fatos e circunstâncias podem conduzir à revisão dessas estimativas. Os resultados reais futuros poderão divergir dos estimados.

As estimativas e julgamentos significativos aplicados pela Companhia na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentados nas seguintes notas explicativas:

<i>Estimativas e julgamentos contábeis</i>	<i>Nota Explicativa</i>
Perdas de crédito esperadas	6
Determinação da vida útil do ativo imobilizado	9
Premissas para testes de recuperabilidade de ativos imobilizado	9
Estimativas relacionadas a processos judiciais e contingências	15

j. Demonstração do valor adicionado

A apresentação das demonstrações do valor adicionado é requerida pela Legislação Societária Brasileira para Sociedades Anônimas de capital aberto e é apresentada como informação suplementar para fins de IFRS.

k. Lucro (prejuízo) por ação

O cálculo básico do lucro (prejuízo) por ação é feito através da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações durante o exercício.

O lucro (prejuízo) diluído por ação é feito através da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média de ações ordinárias durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais, diluídas em ações ordinárias.

l. Pagamento baseado em ações

A remuneração dos executivos baseada em ações é mensurada e reconhecida a valor justo na data em que as opções foram outorgadas, em conta específica no patrimônio líquido e na demonstração do resultado, conforme as condições contratuais sejam atendidas. O custo de transações liquidadas com títulos patrimoniais é reconhecido ao longo do exercício em que a performance e/ou condição de serviço são cumpridos, com término na data em que o executivo adquire o direito completo ao prêmio (data de aquisição). A despesa acumulada reconhecida até a data de aquisição reflete a extensão em que o período de aquisição tenha expirado e a melhor estimativa da Companhia do número de títulos patrimoniais que serão adquiridos.

m. Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM

A subsidiária Companhia de Navegação da Amazônia- CNA mencionada na Nota 1 é beneficiária, nos termos da Lei 10.893/2004, do recebimento de 100% do benefício do AFRMM gerado nas suas atividades de navegação fluvial. O uso desses recursos, extensível a coligadas, controladas ou controladora da CNA, está condicionado à aquisição de embarcações novas, jumborização, conversão, modernização, docagem ou reparação de embarcações próprias e pagamento de juros e de amortização de financiamentos relativos a estes mesmos usos.

A contrapartida do benefício a ser utilizado registrado no ativo é reconhecida como receita diferida no passivo. O reconhecimento desse passivo no resultado ocorre na proporção do reconhecimento dos valores acima aplicados no resultado, via depreciação e custo de reparação ou quando da incidência de juros ou da amortização de financiamentos. O direito ao uso do benefício extingue-se no caso de não utilização no prazo de três anos, contados a partir do depósito do AFRMM gerado em conta vinculada em nome da CNA.

Em conformidade com o art. 30 da Lei 12.973/2014, as subvenções reconhecidas no resultado, até o limite do lucro líquido do exercício, não são tributadas desde que mantidas em conta de reserva de lucros (reserva de Incentivos fiscais), ficando a utilização dessa reserva condicionada exclusivamente à absorção de prejuízos ou aumento do capital social.

O saldo das subvenções reconhecidas no resultado não transferido para a citada reserva de lucros, em decorrência da limitação do lucro líquido, deverá ser transferido assim que ocorrerem lucros suficientes nos anos subsequentes.

n - Receitas com prestação de serviços

As receitas de afretamento de embarcações, transporte de cargas e apoio marítimo são mensuradas pelo valor justo do montante recebido, ou a receber, líquidas de descontos comerciais e dos impostos sobre venda desses serviços.

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente.

A Companhia reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente.

A receita é reconhecida ao longo do tempo conforme os serviços são prestados. O estágio de conclusão para determinar o valor da receita a ser reconhecida é avaliado com base em avaliações de progresso do trabalho realizado. Se os serviços sob um único contrato ocorrem em períodos diferentes, a contraprestação será alocada com base em seus preços de venda individuais. O preço de venda individual é determinado com base nos preços de tabela em que a Companhia vende os serviços em transações separadas.

o - Informação por segmento

Os resultados por segmentos que são relatados à Administração da Companhia incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis.

3.1 Novas normas e interpretações

As normas, alterações de normas e interpretações que entraram em vigor pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2019 não tiveram impactos significativos para o Grupo.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

A Companhia não teve um impacto significativo no seu balanço patrimonial ou patrimônio líquido ao aplicar as exigências de classificação e mensuração da IFRS 16/ CPC 06 (R2) e de outros normativos que entraram em vigor em 2019.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Grupo.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Caixa	9	2.048	1.019	10.050
Equivalentes de caixa	9	13	562	1.239
	18	2.061	1.581	11.289

A administração da Companhia define como “Caixa e equivalentes de caixa” os valores mantidos com a finalidade de atender compromissos de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

O saldo em 31/12/2019 de equivalentes de caixa, referem-se em sua maioria a recursos disponíveis mantidos em caixa ou crédito contra instituições financeiras.

5. Adicional ao Frete para renovação da Marinha Mercante (“AFRMM”)

O quadro abaixo findo em 31/12/2019 apresenta a movimentação das rubricas relacionadas ao AFRMM no balanço consolidado:

	Contas do Ativo		Conta do passivo
	Circulante	Não circulante	Não circulante
	Depósitos de AFRMM em conta vinculada	AFRMM para liberação	Subvenções governamentais a apropriar - AFRMM (1)
	AFRMM	AFRMM	AFRMM
Saldo em 31/12/2018	13.689	24.052	20.608
AFRMM gerado	-	-	15.658
Depósitos em conta vinculada	58.169	(58.206)	-
Bloqueios judiciais	(911)	-	-
Rendimentos da conta vinculada	1.119	-	1.119
Utilização do benefício	(2.168)	-	-
Reconhecimento no resultado	-	-	(10.518)
Recebíveis da controladora	(620)	-	(620)
Transferência de longo para curto prazo	-	31.263	(31.263)
Ajuste de menos valia	-	2.891	4.123
Saldo em 31/12/2019	69.278	-	9.126

¹ Apesar da existência deste valor no passivo de longo prazo, a utilização do AFRMM dentro de sua finalidade legal não acarreta em passivo financeiro ou obrigação de qualquer efeito para a Companhia, que pode a qualquer momento deixar de operar o referido ativo e/ou efetuar a venda do mesmo.

Para fins de comparação, o quadro abaixo apresenta a movimentação das rubricas relacionadas a AFRMM no balanço consolidado, no período de 12 meses findo em 31/12/2018:

	Contas do Ativo		Conta do passivo	
	Circulante	Não circulante	Não circulante	
	Depósitos de AFRMM em conta vinculada	AFRMM para liberação	AFRMM para liberação	
			Subvenções governamentais a apropriar - AFRMM	
Saldo em 31/12/2017	29.638	24.052	8.734	200.548
AFRMM gerado	-	-	15.873	15.873
Depósitos em conta vinculada	3.999	(3.999)	-	-
Rendimentos da conta vinculada	582	-	-	582
Utilização do benefício	(18.699)	-	-	-
Reconhecimento no resultado	-	-	-	(12.040)
Receíveis da controladora	(1.831)	-	-	(1.813)
Transferência de longo para curto prazo	-	3.999	(3.999)	-
Saldo em 31/12/2018	13.689	24.052	20.608	203.150

6. Contas a receber de clientes (Consolidado)

Em 31/12/2019, os valores de R\$ 4.500 e R\$ 2.015 (em 31/12/2018 R\$ 3.659 e R\$ 1.818) referem-se aos negócios regulares das subsidiárias CNA e Asgaard respectivamente. Além de R\$ 1.068 em 31/12/2018, relativos a Marsil.

	31/12/2019	31/12/2018
Contas a receber de clientes	6.652	6.676
Provisão para perdas esperadas	(137)	(131)
	6.515	6.545

Os valores de contas a receber de clientes, em 31 de dezembro de 2019, têm o seguinte prazo de recebimento:

	31/12/2019	31/12/2018
Valores a vencer	4.280	4.934
Valores vencidos:		
Até 30 dias	2.028	1.293
De 31 a 90 dias	171	318
De 91 a 180 dias	36	-
De 181 a 360 dias	11	2
Acima de 360 dias	126	129
	6.652	6.676

O prazo médio de recebimento para operações recorrentes, a partir do faturamento, é de 20 dias na Asgaard Navegação S.A., de 29 dias na Companhia de Navegação da Amazônia e de 30 dias na Marsil tanto para 2019 quanto para 2018.

7. Imposto de renda, contribuições e outros impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Circulante				
Retidos na fonte				
Imposto de renda sobre aplicações financeiras	1.573	2.364	1.573	2.411
Imposto de renda sobre serviços prestados	-	-	983	1.297
CSLL sobre serviços prestados	-	-	164	787
Créditos				
IRPJ e CSLL a recuperar	-	-	763	620
	1.573	2.364	3.483	5.115

Outros Impostos a recuperar

	Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
Circulante		
Retidos na fonte		
PIS e COFINS sobre serviços prestados	418	570
INSS sobre serviços prestados	98	245
ICMS A Compensar	-	240
Pedido de restituição		
PIS e COFINS	3.518	3.524
Créditos		
PIS e COFINS sobre insumos	1.435	1.438
PIS e COFINS sobre aquisições de embarcações	285	155
Outros	165	133
	5.919	6.305
Não circulante		
Créditos		
PIS e COFINS sobre aquisições de embarcações	-	141
	-	141

8. Investimentos em controladas (Controladora)

A movimentação dos investimentos no exercício foi da seguinte forma:

Investimentos	Participação	31/12/2018	Aumento de capital	Equivalência patrimonial	Baixa de investimento	31/12/2019
Cia de Desenvolvimento do Norte Capixaba	100%	21.124	21	(20)	-	21.125
Morro do Pilar Minerais S.A.	100%	7.311	1.100	(463)	-	7.948
Asgaard Navegação S.A.	100%	139.973	-	(3.187)	-	136.786
Mineração Marsil Eireli	100%	48.347	-	(4.025)	(44.322)	-
Saldo do investimento		216.755	1.121	(7.695)	(44.322)	165.859
Dutovias do Brasil S.A.	100%	(1.648)	6	(1)	-	(1.643)
Saldo da provisão para passivo a descoberto ¹		(1.648)	6	(1)	-	(1.643)
		215.107	1.127	(7.696)	(44.322)	164.216

¹ O reconhecimento deste passivo deve-se ao fato da Companhia ser solidária às dívidas das suas controladas

Para fins de comparação, principalmente para o item de equivalência patrimonial, apresentamos abaixo a movimentação dos investimentos no mesmo exercício do ano anterior.

Investimentos	Participação	31/12/2017	Transação comercial com a Marsil	Aumento de capital	Equivalência patrimonial	Transação de acionistas	Ajuste Acumulado de Conversão	31/12/2018
Cia de Desenvolvimento do Norte Capixaba	100%	20.863	-	296	(35)	-	-	21.124
Morro do Pilar Minerais S.A.	100%	7.659	-	735	(1.083)	-	-	7.311
Asgaard Navegação S.A.	100%	177.032	-	-	5.701	(42.760)	-	139.973
Mineração Marsil Eireli	100%	-	50.000	-	(1.653)	-	-	48.347
Saldo do investimento		205.554	50.000	1.031	2.930	(42.760)	-	216.755
Asgaard Navigation LLP	99,75%	(42.162)	-	-	6.490	42.760	(7.088)	-
Dutovias do Brasil S.A.	100%	(1.656)	-	13	(5)	-	-	(1.648)
Saldo da provisão para passivo a descoberto ¹		(43.818)	-	13	6.485	42.760	(7.088)	(1.648)
		161.736	50.000	1.044	9.415	-	(7.088)	215.107

¹ O reconhecimento deste passivo deve-se ao fato da Companhia ser solidária às dívidas das suas controladas

A movimentação dos adiantamentos para futuros aumentos de capital no exercício está demonstrada abaixo:

	Morro do Pilar Minerais	Cia de Desenvolvimento do Norte Capixaba	Dutovias do Brasil	Mineração Marsil	Total
Saldos em 31/12/2018 (*)	1.101		21	5	818
Recursos remetidos	526		17	2	545
Baixa de investimento	-		-	-	(818)
Capitalizações	(1.100)		(21)	(6)	(1.127)
Saldos em 31/12/2019 (*)	527		17	1	545

* A capitalização desses saldos ocorre em período não superior a um ano.

Para fins de comparação, apresentamos abaixo a movimentação dos adiantamentos para futuros aumentos de capital no mesmo exercício do ano anterior:

	Morro do Pilar Minerais S.A.	Cia de Desenvolvimento do Norte Capixaba	Dutovias do Brasil S.A.	Mineração Marsil Eireli	Total
Saldos em 31/12/2017 *	736	296	14	-	1.046
Recursos remetidos	1.100	21	4	818	1.943
Capitalizações	(735)	(296)	(13)	-	(1.044)
Saldos em 31/12/2018 *	1.101	21	5	818	1.945

* A capitalização desses saldos ocorre em período não superior a um ano.

9. Imobilizado

Saldos da Controladora

Custo	Controladora					
	<u>31/12/2017</u>	<u>Adição</u>	<u>Transferências/ baixas</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>Adição</u>	<u>31/12/2019</u>
Edificações	289	-	-	289	-	289
Máquinas e Equipamentos	1.782	-	-	1.782	-	1.782
Móveis e Utensílios	842	-	-	842	-	842
Equipamentos de informática	541	-	(15)	526	2	528
Equipamentos de comunicação	144	-	-	144	-	144
Veículos	87	-	(87)	-	-	-
Benfeitorias em bens de terceiros	1.431	-	-	1.431	-	1.431
	<u>5.116</u>	<u>-</u>	<u>(102)</u>	<u>5.014</u>	<u>2</u>	<u>5.016</u>
Depreciação	Taxa					
Edificações	4%	(43)	(13)	(56)	(11)	(67)
Máquinas e Equipamentos	10%	(367)	(178)	(545)	(177)	(722)
Móveis e Utensílios	10%	(352)	(81)	(433)	(84)	(517)
Equipamentos de informática	20%	(359)	(74)	(433)	(76)	(509)
Equipamentos de comunicação	20%	(108)	(17)	(125)	(13)	(138)
Veículos	20%	(12)	12	-	-	-
Benfeitorias em bens de terceiros	22%	(1.063)	(358)	(1.421)	(10)	(1.431)
		<u>(2.304)</u>	<u>(709)</u>	<u>(3.013)</u>	<u>(371)</u>	<u>(3.384)</u>
		<u>2.812</u>	<u>(709)</u>	<u>2.001</u>	<u>(369)</u>	<u>1.632</u>

Saldos consolidados do exercício

Custo	Consolidado						31/12/2019
	31/12/2018	Adições	Transferências/ baixas	Impostos a recuperar	Baixa de Transação negocial	Baixa de mais valia	
Terrenos	33.050	-	-	-	(131)	(2.439)	30.480
Edificações	2.315	-	-	-	(1.187)	(806)	322
Embarcação em construção	1.138	1.484	-	-	-	-	2.622
Máquinas e Equipamentos	10.879	438	(7)	(46)	(4.149)	(2.356)	4.759
Móveis e Utensílios	1.259	39	(13)	-	(22)	(15)	1.248
Equipamentos de informática	707	89	-	-	(18)	(3)	775
Equipamentos de comunicação	706	96	-	-	(12)	-	790
Embarcações	203.240	50	(1.531)	-	-	-	201.759
Veículos	435	-	-	-	(3)	(6)	426
Obras de arte	97	-	-	-	-	-	97
Prédio	1.645	-	-	-	-	-	1.645
Benfeitorias em bens de terceiros	1.431	-	-	-	-	-	1.431
	256.902	2.196	(1.551)	(46)	(5.522)	(5.625)	246.354
Depreciação	Taxa						
Edificações	4%	(119)	(86)	-	-	105	(100)
Máquinas e Equipamentos	10%	(1.106)	(2.769)	7	-	839	(3.029)
Móveis e Utensílios	10%	(574)	(133)	12	-	4	(691)
Equipamentos de informática	20%	(543)	(115)	-	-	12	(646)
Equipamentos de comunicação	20%	(238)	(76)	-	-	1	(313)
Embarcações	5%	(28.007)	(15.515)	1.482	-	-	(42.040)
Veículos	20%	(116)	(285)	-	-	3	(398)
Benfeitorias em bens de terceiros	22%	(1.421)	(10)	-	-	-	(1.431)
		(32.124)	(18.989)	1.501	-	964	(48.648)
		224.778	(16.793)	(50)	(46)	(4.558)	197.706

Custo	Consolidado					31/12/2018
	31/12/2017	Aquisição na transação negocial	Adições	Transferências/ baixas	Mais valia (Nota 1)	
Terrenos	30.480	-	131	-	2.439	33.050
Edificações	289	1.187	-	-	839	2.315
Embarcação em construção	212	-	1.138	(212)	-	1.138
Máquinas e Equipamentos	2.299	2.930	1.184	(15)	4.481	10.879
Móveis e Utensílios	1.197	21	29	(5)	17	1.259
Equipamentos de informática	682	21	13	(3)	(6)	707
Equipamentos de comunicação	612	-	108	(14)	-	706
Embarcações	203.222	-	-	18	-	203.240
Veículos	257	4	(1)	(88)	263	435
Obras de arte	97	-	-	-	-	97
Prédio	1.645	-	-	-	-	1.645
Benfeitorias em bens de terceiros	1.431	-	-	-	-	1.431
	242.423	4.294	2.471	(319)	8.033	256.902
Depreciação	Taxa					
Edificações	4%	(43)	-	(76)	-	(119)
Máquinas e Equipamentos	10%	(435)	-	(671)	-	(1.106)
Móveis e Utensílios	10%	(434)	-	(140)	-	(574)
Equipamentos de informática	20%	(429)	-	(114)	-	(543)
Equipamentos de comunicação	20%	(165)	-	(73)	-	(238)
Embarcações	5%	(17.755)	-	(10.252)	-	(28.007)
Veículos	20%	(78)	-	(38)	-	(116)
Benfeitorias em bens de terceiros	22%	(1.063)	-	(358)	-	(1.421)
		(20.402)	-	(11.722)	-	(32.124)
		222.021	4.294	(9.251)	(319)	224.778

Na avaliação de recuperabilidade dos ativos, a Companhia utilizou-se do valor em uso por Unidade Geradora de Caixa (UGC) a partir de projeções aprovadas pela Administração e premissas consistentes com a análise efetuada em 31/12/2019, que consideram:

- Revisão dos cenários para cada UGC conforme planos de negócios;

- Cenário macroeconômico do país;
- Período do fluxo de caixa compatível com as reservas minerais comprovadas, sem perpetuidade, uma vez que a Companhia se encontra em fase inicial de suas operações, contando inclusive com ativos com longos períodos de maturação;
- Taxa de desconto em dólares constantes de 12,5%, baseada no custo médio ponderado de capital (“WACC”).

10. Intangível

Este item, em linha com o IFRS 6 Exploration For and Evaluation of Mineral Rights, refere-se a gastos com exploração e avaliação do Projeto de minério de ferro Morro do Pilar, bem como os direitos minerários decorrentes da aquisição da Marsil Mineração EIRELI.

Controladora

Custo	Controladora				
	31/12/2017	Adições	31/12/2018	Adições	31/12/2019
Gastos com exploração e avaliação de recursos minerais e direitos de prospecção	240.289	6.241	246.530	12.765	259.295
Softwares	930	-	930	-	930
Gastos na fase de licenciamento	6.404	-	6.404	-	6.404
Intangível adquirido em combinação de negócios	472.791	-	472.791	-	472.791
	<u>720.414</u>	<u>6.241</u>	<u>726.655</u>	<u>12.765</u>	<u>739.420</u>
Amortização	Taxa				
Softwares	20%	(703)	(849)	(70)	(919)
		<u>(703)</u>	<u>(849)</u>	<u>(70)</u>	<u>(919)</u>
		<u>719.711</u>	<u>725.806</u>	<u>12.695</u>	<u>738.501</u>

Consolidado

Custo	Consolidado							
	31/12/2017	Adições	Transferências	Mais valia	31/12/2018	Adições	Baixa	31/12/2019
Gastos com exploração e avaliação de recursos minerais e direitos de prospecção	240.289	6.241	-	-	246.530	12.765	-	259.295
Gastos na fase de licenciamento	6.404	-	-	-	6.404	-	-	6.404
Direitos minerários	-	-	-	38.164	38.164	-	(38.164)	-
Sistema de gestão (ERP)	1.188	27	(10)	-	1.205	-	(25)	1.180
Softwares	930	-	-	-	930	-	-	930
Intangível adquirido em combinação de negócios	472.791	-	-	-	472.791	-	-	472.791
Ágio na aquisição	65.768	-	-	-	65.768	-	-	65.768
	<u>787.370</u>	<u>6.268</u>	<u>(10)</u>	<u>38.164</u>	<u>831.792</u>	<u>12.765</u>	<u>(38.189)</u>	<u>806.368</u>
Amortização	Taxa							
Direitos minerários	-	-	-	-	-	(1.302)	1.302	-
Sistema de gestão (ERP)	20%	(895)	10	-	(1.072)	(105)	19	(1.158)
Softwares	20%	(703)	-	-	(839)	(80)	-	(919)
		<u>(1.598)</u>	<u>10</u>	<u>-</u>	<u>(1.911)</u>	<u>(1.487)</u>	<u>1.321</u>	<u>(2.077)</u>
		<u>785.772</u>	<u>5.945</u>	<u>38.164</u>	<u>829.881</u>	<u>11.278</u>	<u>(36.868)</u>	<u>804.291</u>

11. Imposto de renda e contribuição social

Em 31/12/2019, o montante de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social da Companhia é da ordem de R\$ 398 milhões (R\$ 358 milhões em 31/12/2018), sobre o qual a Administração, tendo em vista a falta de expectativa de rentabilidade futura, não registra o imposto de renda e contribuição social diferidos ativos.

A reconciliação entre a alíquota nominal e efetiva está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(29.530)	(19.076)	(29.070)	(18.157)
Imposto de renda e contribuição social calculados à alíquota de 34%	10.040	6.486	9.884	6.173
Efeitos de adições e exclusões				
Resultado de equivalência patrimonial	(2.617)	3.201	-	-
Diferenças temporárias	(616)	(306)	(2.383)	3.985
Diferenças permanentes	-	-	3.344	1.795
	6.807	9.381	10.845	11.953
Utilização de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social	-	-	-	-
Não constituição de ativo diferido pela falta de expectativa de rentabilidade futura	(6.807)	(9.381)	(10.385)	(12.749)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	-	-	(460)	(796)
Alíquota efetiva	0%	0%	1,6%	4,4%

12. Transações com partes relacionadas

Mútuos e transações entre partes relacionadas

Os saldos das operações com partes relacionadas na data dessas demonstrações financeiras estão relacionados abaixo:

Mutuante	Mutuário	31/12/2019	31/12/2018
¹ Valores ativos na controladora			
MLog S.A.	Patrícia Tendrich Pires Coelho	250	216
MLog S.A.	Maverick Holding S.A.	53.529	
Valores ativos no consolidado			
Asgaard Navegação S.A.	Maverick Holding S.A.	746	671
Asgaard Navegação S.A.	Patrícia Tendrich Pires Coelho	97	88
		54.622	975
Valores Eliminados na consolidação			
Asgaard Navegação S.A.	MLog S.A.	29.345	29.044
Asgaard Navegação S.A.	Companhia de Navegação da Amazônia	-	115
MLog S.A.	Mineração Marsil	-	3.956
Companhia de Navegação da Amazônia	Asgaard Navegação S.A.	126	-
Companhia de Navegação da Amazônia	MLog S.A.	22.101	7.248

O mútuo entre a MLog e Patrícia Tendrich Pires Coelho (detentora de participação indireta na

Companhia) no valor de R\$ 250 é corrigido à taxa de CDI mais 5% ao ano.

O mútuo entre a Asgaard e Maverick Holding S.A. (acionista da MLog) no valor de R\$ 746, é corrigido à taxa de CDI mais 5% ao ano.

O mútuo entre a Asgaard e Patrícia Tendrich Pires Coelho (detentora de participação indireta na Companhia) no valor de R\$ 97, é corrigido à taxa de CDI mais 5% ao ano.

Adicionalmente aos itens acima, porém não envolvendo mútuos, a Administração destaca os seguintes eventos de partes relacionadas:

A controladora da Companhia, Maverick Holding, é avalista da totalidade da dívida referente à aquisição da CNA acima mencionada. A existência deste aval foi fundamental para a conclusão da operação e a Maverick Holding optou por não cobrar à Companhia por esta garantia.

Conforme explicado na Nota Explicativa nº1, Maverick Holding, assumiu a obrigação de pagamento de R\$ 53.529 à MLog pela revenda da Marsil à Boicauva em função do Instrumento Particular de Rescisão.

Remuneração do pessoal-chave da Administração

A Companhia considera todos os atuais diretores e membros do conselho como pessoal chave da Administração. Nos doze meses de 2019, a remuneração desses diretores e membros do conselho foi, respectivamente, de R\$ 6.028 e R\$ 1.431 (R\$ 6.230 e R\$ 2.426 em 2018). A remuneração global da Administração, para o período de 1/5/2019 a 30/4/2020, em até R\$13.650, foi aprovada na Assembleia Geral Ordinária realizada em 28 de abril de 2019.

Pagamento baseado em ações (*stock options*)

Os acionistas da Companhia aprovaram, em Assembleia Geral Extraordinária de 21 de julho de 2011, a adoção de um plano de remuneração de diretores, conselheiros e funcionários por meio de opção de compra de ações (*stock option plan*). As opções do plano de emissão pela Companhia são do tipo primário, logo, envolvem emissão de novas ações.

Em 31 de dezembro de 2019, o total de opções outorgadas era de 1.830 (um mil, oitocentas e trinta) realizado por meio de contrato individual entre a Companhia e cada beneficiário. Como condição para aquisição do direito à opção de compra de ações, o beneficiário deve concluir três anos de serviço (período de aquisição de direito).

As opções na proporção de um terço do total das ações disponíveis para o plano, são exercíveis em três parcelas anuais, sendo a primeira depois de decorridos 12 meses da data da outorga e as duas seguintes, nas mesmas condições, observados os períodos de 24 e 36 meses também contados da data da outorga. Os participantes têm o prazo máximo de sessenta meses, a partir da data da maturação, para exercer as opções.

O preço de exercício das opções outorgadas até 20 de agosto de 2012 é de R\$ 1.576,00 (mil e quinhentos e setenta e seis reais) por ação nominal e a partir desta data R\$ 2.547,25 (dois mil quinhentos e quarenta e sete reais e vinte e cinco centavos) que devem permanecer os mesmos até a data efetiva do exercício das opções, passível de correções no caso de agrupamentos ou desdobramento da ação.

A remuneração com base em opções para compra de ações foi mensurada e reconhecida ao valor justo, sendo utilizado o modelo de Merton (1973), uma extensão do modelo Black &

Scholes.

O quadro abaixo demonstra o resultado do cálculo do valor justo das opções atualizado para a data dessas informações trimestrais:

Plano	Data de outorga	Data de maturação inicial	Data de vencimento	Quantidade de ações	Preço de exercício	Volatilidade anual	Taxa livre de risco	Fator de diluição	Valor justo das ações (R\$ 000)
2012.3	01/02/2012	15/01/2015	15/01/2020	1.000	1.576,00	38,80%	11,23%	97,29%	1.001
2012.4	13/01/2012	13/01/2015	13/01/2020	100	1.576,00	38,88%	11,32%	97,37%	101
2012.5	20/08/2012	20/08/2015	20/08/2020	180	1.576,00	38,05%	9,97%	97,19%	173
2013.1	02/05/2013	02/05/2015	02/05/2020	400	2.547,25	38,98%	9,24%	97,78%	577
2013.4	01/10/2013	01/10/2015	01/10/2020	150	2.547,25	38,81%	11,79%	97,46%	232
Total em 31/12/2019				1.830					2.084

Os efeitos monetários da remuneração com base em opções para compra de ações no patrimônio líquido e no resultado são os seguintes:

Programas	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Total
1º	-	-	-	-	-	-	-
2º	-	-	-	-	-	-	-
3º	-	293	360	348	-	-	1.001
4º	-	33	35	33	-	-	101
5º	-	46	88	17	22	-	173
6º	-	33	19	-	(52)	-	-
7º	-	-	397	421	(147)	(94)	577
8º	-	-	312	185	(497)	-	-
9º	-	-	233	148	(381)	-	-
10º	-	-	284	123	(183)	8	232
	-	405	1.728	1.275	(1.238)	(86)	2.084
Opções expiradas (1)	939	6.894	7.170	7.462	759	-	
Registrado no resultado	939	7.299	8.898	8.737	(479)	(86)	
Total acumulado no patrimônio líquido	939	8.238	17.136	25.873	25.394	25.308	

¹ De acordo com as normas contábeis, as opções expiradas pelo não exercício do direito, anteriormente lançadas no resultado, não são revertidas.

No caso de beneficiário pedir renúncia do seu posto, as opções que ainda não sejam passíveis de exercício caducam sem qualquer indenização ou compensação e as opções já passíveis de exercício poderão ser exercidas em até noventa dias. Até a data dessas informações anuais, 23.070 (vinte e três mil e setenta) ações expiraram pelo não exercício da opção, correspondentes a R\$ 23.224, montante precificado no momento da outorga das ações e reconhecido no resultado e no patrimônio líquido ao longo do período de aquisição do direito.

Desde o início de adoção do plano até a data dessas informações anuais não foram exercidas opções de ações.

Na hipótese do contrato de trabalho do beneficiário ser rescindido por justa causa, todos os direitos caducam automaticamente, independentemente de aviso ou indenização.

No caso do beneficiário ser demitido mediante destituição de seu cargo sem violação de deveres ou privilégios, os direitos específicos que possam ser exercidos em conformidade com a respectiva opção na data de sua emissão poderão ser exercidos dentro do período remanescente de exercício que estiver disponível para tal beneficiário. Já os direitos ainda não passíveis de exercício, caducam sem qualquer indenização ou compensação.

Não foram exercidas opções de ações nos doze meses de 2019.

13. Fornecedores

O saldo consolidado de R\$ 6.952 em 31/12/2019 (R\$ 10.191 em 31/12/2018) refere-se majoritariamente ao acordo celebrado com o Citigroup. Neste acordo, a Companhia pagará o valor total de R\$ 7.000 em vinte parcelas mensais e consecutivas, das quais 11 parcelas foram pagas, restando 9 parcelas a vencer.

14. Obrigações na aquisição de investimentos

Esta conta é referente a obrigações de pagamento assumidas em função da aquisição da totalidade das ações da CNA.

O Grupo Libra, credor destas Obrigações na aquisição de investimentos e também responsável por potenciais passivos da CNA, conforme Notas Explicativas 15 e 17, abaixo, encontra-se em Recuperação Judicial. O crédito do Grupo Libra junto à MLog era parte de seu Plano de Recuperação Judicial aprovado.

Em 26 de dezembro de 2019, conforme Plano de Recuperação Judicial aprovado, o Grupo Libra efetuou dação em pagamento aos seus credores originais destas Obrigações na aquisição de Investimentos devidas pela MLog. O Instrumento de Dação em Pagamento do Grupo Libra aos seus credores continha cláusula suspensiva que vinculava a efetivação desta dação à aprovação da MLog, ocorrida em janeiro de 2020.

Com esta aprovação, os credores originários do Grupo Libra passaram a ser credores destas Obrigações. Os bancos Bradesco (29,3%), Santander (26,3%) e Itaú (36,5%) perfazem aproximadamente 92% do total dos créditos, com o restante sendo distribuído entre diversos outros credores originários do Grupo Libra.

Desde abril de 2019, a Companhia deixou de realizar os pagamentos destas Obrigações. A Administração vem realizando contato com seus novos credores visando a solução deste caso, seja com o reestabelecimento do pagamento destas obrigações, sua renegociação ou até mesmo a venda destes créditos pelos atuais credores.

O sucesso na solução desta questão é relevante para determinação do futuro da Companhia, já que as Obrigações vencidas e a vencer em 2020 deste contrato perfazem a maior parte do Passivo Circulante da MLog.

O quadro abaixo apresenta a movimentação da dívida na data dessas demonstrações financeiras:

Composição do preço de aquisição (Nota 1)	Saldo em 31/12/2018	Juros e Multas	Reversões Líquidas dos ajustes a valor presente	Pagamentos	Saldo em 31/12/2019	Prazo para pagamento	
						Circulante	Não circulante
Parcela inicial	41.547	6.179	-	-	47.726	44.698	3.028
Parcela adicional	35.301	3.896		(805)	38.392	25.782	12.610
Parcela "earn out"	16.176	1.608	4.253	-	22.037	7.518	14.519
	93.024	11.683	4.253	-(805)	108.155	77.998	30.157

Para fins de comparação, apresentamos abaixo o quadro com a movimentação da dívida do ano de 2018:

Composição do preço de aquisição	Saldo em 31/12/2017	Juros e Multas	Reversões Líquidas dos Ajustes a Valor Presente	Pagamentos	Saldo em 31/12/2018	Prazo para pagamento	
						Circulante	Não circulante
Parcela inicial	49.918	4.190	-	(12.561)	41.547	21.146	20.401
Parcela adicional	36.834	2.750	5.174	(9.457)	35.301	10.839	24.462
Parcela "earn out"	14.423	-	1.753	-	16.176	-	16.176
	101.175	6.940	6.927	-22.018	93.024	31.985	61.039

15. Processos judiciais

Em 31/12/2019, a Companhia juntamente com suas controladas Asgaard e CNA, são partes em diversas ações judiciais. Os processos judiciais categorizados com chances prováveis de perda, estão registrados no balanço e basicamente referem-se, como mencionado na Nota Explicativa nº 17, às ações cíveis e trabalhistas devidas pela controlada CNA.

A Administração destaca abaixo os principais processos judiciais envolvendo a Companhia e suas subsidiárias, cujas chances de perda são classificadas como possíveis pelos escritórios de advocacia envolvidos e desta forma não foram registrados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

No. Processo	Tipo	Autor	Natureza	Valor da Causa	Chances de Perda
0071643-11.2014.4.01.3800	Ação Cautelar e Inominada	Ministério Público Federal	Ambiental	5.000	Possível
0078416-72.2014.4.01.3800	Ação Civil Pública	Ministério Público Federal	Ambiental	5.000	Possível

No. Processo	Tipo	Autor	Natureza	Valor da Causa	Chances de Perda
10283.721485/2012-45	Processo Administrativo	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Manaus - AM/DRF/AM	Administrativa	1.661	Possível
10283.720968/2013-11	Processo Administrativo	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Manaus - AM/DRF/AM	Administrativa	7.861	Possível
0011394-80.2016.4.01.3200	Ação Civil Pública de Improbidade Administrativa	Ministério Público Federal	Administrativa	1.000	Possível
0011345-39.2016.4.01.3200	Ação Civil Pública de Improbidade Administrativa	Ministério Público Federal	Administrativa	400	Possível
5026833-94.2019.8.13.0024	Execução de Título Extrajudicial	Boa Sorte	Cível	11.308	Possível
02044.010011/2016-92	Processo Administrativo	ICMBIO	Administrativa	400	Possível
0001127-66.2019.5.11.0004	Trabalhista	W.S.S	Trabalhista	103	Possível

16. Compromissos assumidos

Em decorrência da Licença Prévia ao Projeto Morro do Pilar concedida pela Superintendência Regional de Regularização Ambiental - SUPRAM em 6/11/2014, deveriam ser satisfeitas uma série de condicionantes e outras obrigações legais até novembro de 2019, para a formalização do pedido de concessão da Licença de Instalação - LI.

Estas condicionantes e estudos necessários para o Protocolo da LI foram concluídas em 2019 e a Companhia formalizou o pedido de LI junto aos órgãos governamentais. Após o referido protocolo e antes da efetiva concessão da Licença de Instalação - LI, a Companhia incorrerá em gastos e investimentos adicionais como compra de terras, compensações ambientais e outros, cujos valores finais dependerão de negociações entre Companhia e terceiros.

Quanto à compensação de que trata o artigo 36 da Lei nº 9.985/2000 (Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC), o montante de recursos a ser destinado pelo empreendedor para esta finalidade está limitado a 0,5% (meio por cento) dos custos totais previstos para a implantação do empreendimento. Dessa forma, o valor final a ser pago vincula-se ao total de investimentos na implantação da mina, a depender do arranjo de projeto pretendido pela empresa no tocante à produção bruta anual estimada. Definida a compensação, o valor deverá ser pago em até 4 parcelas mensais, sendo a primeira até 30 dias após a concessão da Licença de Implantação - LI, conforme Decreto Estadual nº 45.175/2009. Com base na documentação legal relacionada a este tema, a Companhia estima o valor desta compensação em até R\$20.000.

Em 07/02/2019, a Companhia celebrou um Termo de Acordo com o Município de Morro do Pilar, o qual tem como objeto, a execução por ambas as partes, de obrigações fixadas no referido Termo de Acordo, com o intuito de preparar o município para a implantação do empreendimento da Companhia. O valor total envolvido é de R\$ 47.500, com desembolsos de R\$ 11.826, já efetuados. A parcela remanescente é de R\$ 35.674 dos quais R\$ 4.097 contabilizados em outras contas a pagar e R\$ 31.577 que será contabilizado somente após a concessão da Licença de Instalação (LI).

Em 08/08/2019, a Companhia celebrou um Termo de Acordo com o Município de Santo Antônio do Rio Abaixo (SARA), o qual tem como objeto, a execução por ambas as partes, de obrigações fixadas no referido Termo de Acordo, com o intuito de preparar o município para a implantação do empreendimento da Companhia. O valor total envolvido é de R\$ 10.200, com desembolsos de R\$ 429, já efetuados. A parcela remanescente de R\$ 9.771 teve, R\$ 1.036 contabilizados em outras contas a pagar e R\$ 8.735 que será contabilizado somente após a concessão da Licença de Instalação (LI).

A composição de outras contas a pagar é a seguinte:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Termo de Cooperação	5.133	900	5.133	900
Obrigações na transação negocial	-	-	-	1.122
Prêmios de seguro a pagar	-	-	541	183
Outros	628	778	2.842	2.503
	<u>5.761</u>	<u>1.678</u>	<u>8.516</u>	<u>4.708</u>

17. Provisões (consolidado)

Os valores provisionados de curto prazo referem-se a: (i) segunda parcela de acordos de servidão de passagem de mineroduto, no valor de R\$ 1.642 (R\$ 1.642 em 31/12/2018), devido quando da regularização cartorial pelos proprietários dos imóveis servientes e (ii) recuperação de praças e acessos de sondagem geológica na região do Projeto Morro do Pilar no valor de R\$ 30 (R\$ 30 em 31/12/2018) e provisões para contingencias trabalhistas de R\$ 1.961 (R\$ 888 em 31/12/2018).

- (i) R\$ 1.167 em 31/12/2018 devido pela Marsil em decorrência de ações judiciais e R\$ 118 em 31/12/2018 em decorrência de ações administrativas e R\$ 1.049 em 31/12/2018 decorrentes de ações trabalhistas, com a venda da Marsil tais contingencias não fazem mais parte do balanço patrimonial consolidado da Mlog.

O valor de longo prazo refere-se a:

- (ii) R\$ 5.999 devido pela Companhia, em decorrência de processo judicial categorizado como possível, relativo a Ação de Execução de Título Extrajudicial ajuizada pelo BNP Paribas Brasil S.A. (“BNP”) em face da Companhia no valor de R\$ 4.703, lastreada em instrumento particular de confissão de dívida e outras avenças, onde a Companhia reconhece e confessa dever a quantia de R\$ 7.249, referente aos serviços de assessoria financeira prestados pelo BNP, além de R\$79 relacionados com as despesas incorridas pelo BNP. A Companhia pagou em 2015, em conformidade com o acordo celebrado com o BNP, o valor de R\$ 3.624, restando o valor de R\$ 4.703 (atualizado até a data de ajuizamento da ação). A Companhia indicou bem à penhora e opôs Embargos à Execução. Em 14/02/2017 o juízo rejeitou parcialmente os pedidos formulados nos Embargos à Execução. Em face dessa sentença, a Companhia opôs Embargos de Declaração, os quais não foram acolhidos. Em 23/06/2017, a Companhia protocolou Recurso de Apelação. (R\$ 6.935 em 31/12/2018). Esta provisão é realizada pelo fato de ser uma obrigação legal contratual (conforme CPC 25).
- (iii) R\$ 10.946 devido pela subsidiária Companhia de Navegação da Amazônia em decorrência de ações cíveis e trabalhistas, categorizadas como prováveis (R\$ 4.454 em 31/12/2018).
- (iv) A subsidiária Asgaard Navegação é ré na Ação de Rescisão Contratual cumulada com Ação de Cobrança ajuizada pelo BNP Paribas Brasil S.A. visando o recebimento de valores supostamente devidos em razão do Contrato de Prestação de Serviços, no montante original de R\$ 1.849, acrescidos de correção monetária e juros legais. Como o prognóstico de perda da ação foi alterado de possível para provável, foi provisionado o valor de R\$ 4.841, o qual foi registrado no passivo não circulante em contrapartida ao resultado do exercício, na rubrica de outras despesas operacionais.

18. Patrimônio líquido

Capital social

Em 31/12/2019, o capital social subscrito da Companhia é representado por 2.899.712 ações ordinárias conforme abaixo detalhado:

Acionistas	31/12/2019		31/12/2018	
	Ações Ordinárias	%	Ações Ordinárias	%
Maverick Holding S.A.	1.539.186	53,08	1.539.186	53,08
Fjords Limited	536.737	18,51	86.991	3,00
Rio Sul Investments LLC	-	-	449.746	15,51
Korea Investment Corporation	244.909	8,45	244.909	8,45
Fábrica Holding S.A.	154.072	5,31	154.072	5,31
Outros	424.808	14,65	424.808	14,65
	2.899.712	100,00	2.899.712	100,00

Em 07/12/2018, foi comunicado ao mercado que a EIG e Rio Sul Investments LLC (“Rio Sul”), cuja totalidade das ações é detida por Luiz Claudio de Souza Alves, administrador e co-controlador indireto da MLog, celebraram contrato definitivo de compra e venda de 449.746 ações ordinárias da Companhia, representativas de 15,51% de seu capital social.

Em outubro de 2019, foi formalizada a transferência das ações, nos termos da regulamentação aplicável, e a Rio Sul passou a ser acionista da Companhia e o EIG deixou de ter qualquer ação da Companhia.

Em 17/12/2019 foi emitido comunicado ao mercado informando que:

(i) Fjords Limited recebeu 449.746 ações representativas de 15,51% do capital social da MLog, até então de propriedade da Rio Sul Investments LLC;

(ii) Rio Sul Investments LLC recebeu de Fjords opção de compra futura de 268.368 ações ordinárias da MLog, representativas de 9,25% do capital social da Companhia.

Com esta operação, as seguintes participações acionárias relevantes foram alteradas:

- Rio Sul Investments LLC, anteriormente detentora direta e indireta de 29,52% das ações da MLog, passou a deter indiretamente o equivalente a 14,01% das ações da MLog;

- Luiz Claudio de Souza Alves, anteriormente detentor indireto de 45,59% das ações da MLog, passou a deter indiretamente o equivalente a 30,08% das ações da MLog;

- Rio Sul Investments LLC passou a deter opção de compra futura do equivalente a 9,25% das ações da MLog; e

- Fjords Limited, anteriormente detentora de 3,00% das ações da MLog, passou a deter diretamente o equivalente a 18,51% das ações da MLog.

Em janeiro de 2020, foi formalizada a transferência das ações, nos termos da regulamentação aplicável.

As operações acima descritas não objetivaram nem alteraram a composição do controle ou a estrutura administrativa da Companhia.

Nos termos da reforma do Estatuto Social, aprovada na AGE de 26 de agosto de 2015, o capital social da Companhia poderá ser aumentado por deliberação adotada pelo Conselho de Administração, independentemente de alteração do Estatuto Social, até que alcance 6.000.000 (seis milhões) de ações ordinárias. O Conselho de Administração poderá estipular a quantidade de ações a serem emitidas, o preço de emissão e as condições de subscrição, integralização e emissão.

Em 26/04/2018, a acionista Maverick Holding S.A., integralizou parcela subscrita e não integralizada do capital social da Companhia, cujo prazo havia vencido em 09/12/2017, por um valor total de R\$ 49.843 incluindo os acréscimos moratórios. Deste valor total, R\$ 42.632 referem-se à parcela integralizada do capital e R\$ 7.211, relativos aos acréscimos moratórios, foram registrados em conta de reserva de capital, em consonância com o disposto no Art. 182, § 1º, a), da Lei 6.404/1976.

Prejuízo por ação

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo do resultado básico e diluído por ação nos exercícios:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Resultado atribuído aos detentores das ações	(29.530)	(19.076)
Ações em circulação	<u>2.899.712</u>	<u>2.899.712</u>
Resultado por ação - básico e diluído - em reais (*)	<u>(10,18)</u>	<u>(6,58)</u>

(*)O prejuízo do exercício não gera efeito diluidor para os detentores das opções de compra de ações e de bônus de subscrição.

Ajustes acumulados de conversão

Os ajustes acumulados de conversão decorrem da diferença entre taxas de câmbio na conversão das demonstrações financeiras da subsidiária Asgaard Navigation de Dólar para Real, considerando os seguintes procedimentos:

- (i) Os ativos e passivos são convertidos utilizando a taxa de fechamento na data das respectivas conversões, exceto para os itens não monetários, cuja conversão é com base na taxa da data da transação;
- (ii) Os saldos das mutações do patrimônio líquido são convertidos pelas taxas de câmbio históricas das respectivas transações;
- (iii) Os itens constantes das demonstrações de resultado são convertidos pela taxa média do período.

19. Receita líquida e custo dos serviços prestados

As receitas e os correspondentes custos realizados pela subsidiária Asgaard referentes a embarcação Asgaard Sophia, pela subsidiária CNA e no período de abril de 2018 à junho de 2019, também pela Marsil são demonstradas abaixo:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Receitas		
Afretamento de embarcações	23.766	22.687
Transporte de cargas	51.148	45.472
Apoio marítimo	-	6.129
Venda de produtos	<u>8.732</u>	<u>5.099</u>
Receita Bruta	<u>83.646</u>	<u>79.387</u>
Deduções		
PIS e COFINS	(5.138)	(5.697)
Contribuição previdenciária sobre receitas	-	(1.572)
ISS	(60)	(403)
ICMS	(5.402)	(4.599)
Outros	<u>(652)</u>	<u>(522)</u>
Receita líquida	<u>72.394</u>	<u>66.594</u>
Custo dos serviços prestados		
Pessoal	(23.425)	(18.382)
Afretamento	-	(1.582)
Depreciação	(10.815)	(10.923)
Locações	(1.271)	(783)
Materiais	(20.469)	(20.495)
Seguros	(2.164)	(2.223)
Serviços	(7.344)	(5.445)
Outros	<u>(2.255)</u>	<u>(1.451)</u>
	<u>(67.743)</u>	<u>(61.284)</u>
Resultado bruto	<u>4.651</u>	<u>5.310</u>

Em 2018, os valores relativos a receita de apoio marítimo e custo com afretamento, nos valores de R\$ 6.129 e R\$ 1.582, respectivamente, referem-se ao acerto final do contrato de prestação de serviços do SBM Installer.

A necessidade de recolhimento de contribuição previdenciária sobre o faturamento, por parte das empresas de navegação, foi extinta em agosto de 2018.

20. Receitas financeiras

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Rendimentos sobre aplicações financeiras	-	443	8	934
Atualização de impostos a recuperar	212	158	290	230
Juros sobre empréstimos	3.579	33	3.645	104
Descontos obtidos	-	15	8	16
Variação cambial	-	-	-	8.669
Outros	54	-	54	1
	<u>3.845</u>	<u>649</u>	<u>4.005</u>	<u>9.954</u>

Em 2018, a linha de variação cambial originava-se basicamente dos mútuos entre as subsidiárias Asgaard Navegação S.A. e Asgaard Navigation LLP, tendo sido esta última extinta em 2018.

21. Despesas financeiras

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Juros de empréstimos bancários	-	-	(314)	(9)
Juros na aquisição de investimento (CNA Nota 14)	(15.937)	(13.867)	(15.937)	(13.867)
Variação cambial	-	-	(41)	(1.102)
Encargos bancários	(27)	(26)	(942)	(217)
Juros de mora	(514)	(1.379)	(449)	(880)
Outros	-	(344)	(122)	(344)
	<u>(16.478)</u>	<u>(15.616)</u>	<u>(17.805)</u>	<u>(16.419)</u>

22. Instrumentos financeiros

Classificação por categoria

Em 31/12/2019, a Companhia e suas controladas não tinham ativos financeiros classificados na categoria de Mensuração ao valor justo por meio do resultado.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores juros são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preço cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preço) ou indiretamente (derivado de preço).
- Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Os principais instrumentos financeiros da companhia em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 estão relacionados abaixo:

Ativos e passivos financeiros	31/12/2019		31/12/2018		Hierarquia
	Valor contábil	Valor Justo	Valor contábil	Valor Justo	
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	1.581	1.581	11.289	11.289	Nível 1
Depósitos de AFRMM em conta vinculada	69.278	69.278	13.689	13.689	Nível 2
Contas a receber de clientes	6.515	6.515	6.545	6.545	Nível 2
Mútuos com partes relacionadas	53.529	53.529	975	975	Nível 2
Direitos na transação negocial	11.215	11.215	79.354	79.354	Nível 2
Outros créditos	1.657	1.657	1.299	1.299	Nível 2
Passivos					
Fornecedores	6.952	6.952	10.191	10.191	Nível 2
Empréstimos bancários ¹	12.943	12.943	71.719	71.719	
Obrigações na aquisição de investimentos	108.155	108.155	93.024	93.024	Nível 3

- (1) Em 31/12/2018 aproximadamente, R\$68.907 eram de responsabilidade do Grupo Bocaiuva assumido contratualmente perante a MLog quando da compra da Marsil, referentes aos empréstimos bancários da adquirida junto às instituições financeiras (Santander R\$ 43.995, Itaú R\$17.625, Bradesco R\$ 7.287).

Na avaliação dos instrumentos financeiros, a Companhia não identificou diferença significativa entre o valor mensurado e o valor justo dos seus ativos e passivos financeiros.

Gestão de riscos

As operações financeiras da Companhia e suas controladas são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez, em linha com a Política de tesouraria e administração de caixa da Companhia. A Política estabelece critérios de proteção contra riscos financeiros decorrentes da contratação de obrigações, seja em moeda estrangeira ou nacional, com o objetivo de administrar a exposição de riscos associados às variações cambiais e as de taxa de juros.

Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia e suas controladas são:

Risco de crédito

Os instrumentos financeiros que sujeitam a riscos de crédito referem-se às disponibilidades e as contas a receber. Todas as operações são realizadas com instituições de reconhecida liquidez e em linha com a Política de tesouraria e administração de caixa da Companhia.

Risco de taxa de juros

Esse risco é oriundo da possibilidade de vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas às suas obrigações. O risco inerente surge da possibilidade de existirem flutuações relevantes no CDI.

Risco de liquidez

Representa o risco de escassez e dificuldade da Companhia honrar suas dívidas. A Companhia e suas controladas procuram alinhar o vencimento de suas dívidas com o período de geração de caixa para evitar o descasamento e gerar a necessidade de maior alavancagem.

O quadro abaixo detalha o prazo de vencimento dos principais passivos financeiros da Companhia e suas controladas na data dessas demonstrações financeiras:

	Consolidado			
	Até um ano	De um a três anos	Mais de três anos	Total
Empréstimos bancários	9.400	3.543		12.943
Fornecedores	6.952	-		6.952
Obrigações na aquisição de investimentos	77.998	22.721	7.436	108.155
	93.950	26.264	7.436	128.050

Empréstimos bancários

				Consolidado	
				31/12/2019	31/12/2018
CIRCULANTE					
Empresa	Instituição financeira	Tipo	Taxa de juros nominal (a.a.)		
CNA	Banco BASA	Capital de giro	4,03%	1.463	2.250
CNA	Banco Itaú	Capital de giro	17,98%	2.060	-
Asgaard	Banco Itaú	Capital de giro	17,46%	456	-
Asgaard	Banco Itaú	Conta garantida	19,50%	910	-
CNA	Banco do Brasil	Capital de giro	4,30%	4.320	-
Marsil	Banco Santander			-	43.995
Marsil	Banco Bradesco			-	7.287
Marsil	Banco Itaú			-	17.625
				9.209	71.157
NÃO CIRCULANTE					
Empresa	Instituição financeira	Tipo	Taxa de juros nominal (a.a.)		
CNA	Banco BASA	Capital de giro	4,03%	1.350	562
CNA	Banco Itaú	Capital de giro	17,98%	1.180	-
Asgaard	Banco Itaú	Capital de giro	17,46%	191	-
CNA	Banco do Brasil	Capital de giro	4,30%	1.013	-
				3.734	562
				12.943	71.719

Conforme explicado acima e também na Nota Explicativa 1, no Instrumento Particular de Cessão e Transferência Definitiva de Quotas Societárias celebrado entre MLog e Bocaiuva, a Bocaiuva se responsabilizou pelas dívidas da Marsil, bem como de todas e quaisquer contingências, contabilizadas ou não, cujo fato gerador seja anterior à data da Aquisição.

Em 31/12/2018, o total de endividamento bancário, passivos e contingências da Marsil perfazem montante aproximado de R\$ 68.907.

Em 16/07/2019, a administração da Companhia celebrou com a Bocaiuva Participações S.A o Instrumento Particular de Rescisão, onde distrata as obrigações assumidas no contrato de Aquisição da Marsil. Nesse instrumento a Mlog revende a totalidade das quotas da Marsil à Bocaiuva pelo valor de R\$ 50.000. Com esta revenda, em 30/09/2019 a Companhia deixou de consolidar a Marsil e, conseqüentemente, os saldos relacionados a Combinação de negócios - aquisição da Marsil, foram integralmente baixados o que inclui os valores de Direitos na transação negocial e Empréstimos bancários. O impacto no resultado foi um ganho de R\$ 816.

23. Seguros

A Companhia e suas subsidiárias possuem diversas apólices de seguro com objetivo de proteger sua operação e seus ativos.

Nas atividades de navegação, as subsidiárias Asgaard e CNA contratam seguros de suas embarcações (seguros de casco), além de coberturas de proteção e indenização (P&I).

As principais coberturas são:

Seguro de Casco:

- CNA : Cobertura total de R\$ 101 milhões
- Asgaard: Cobertura total de US\$ 50 milhões

Seguro de Proteção e Indenização (P&I):

- CNA : Cobertura limitada a US\$ 8,2 bilhões por evento e ocorrência
- Asgaard: Cobertura limitada a US\$ 8,2 bilhões por evento e ocorrência

Na atividade de mineração, a subsidiária Marsil contratou em 03/12/2018, seguro empresarial - RNO - Riscos Nomeados com Limite Máximo de Garantia: R\$ 53 milhões.

Foi renovado, em 04/07/2019, o seguro de responsabilidade civil de diretores e administradores (D&O), da controladora e suas subsidiárias, no valor segurado de até R\$ 50 milhões.

24. Despesas com Pessoal

As despesas com pessoal em 31/12/2019 eram as seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Remuneração e encargos	(4.754)	(5.646)	(12.178)	(15.146)
Encargos previdenciários	(715)	(1.113)	(3.002)	(3.191)
Benefícios	(843)	(514)	(2.696)	(1.786)
Outros	-	-	(24)	(10)
	(6.312)	(7.273)	(17.900)	(20.133)

A redução ocorrida na linha remuneração e encargos, no consolidado, deveu-se ao fato da Marsil ter sido consolidada somente até junho de 2019.

25. Eventos Subsequentes

Transação com a Bourbon Offshore Marítima S.A.

Conforme Fato Relevante emitido pela Companhia em 19 de fevereiro de 2020, a MLog celebrou, juntamente com suas afiliadas Asgaard e CNA, compromisso vinculante com a Bourbon Offshore Marítima S.A. (“BOM”) e sua controladora envolvendo: (i) o aumento da frota atual da Asgaard pela aquisição de 3 (três) embarcações AHTS brasileiras de propriedade da BOM, (ii) a utilização de créditos do Adicional de Frete para Renovação da Marinha Mercante (“AFRMM”) e (iii) uma parceria para operação de embarcações de apoio marítimo brasileiras e estrangeiras do grupo Bourbon e do grupo MLog no Brasil. A completa implementação da operação contém passos já concluídos e determinados passos que estão sujeitos a aprovações de terceiros.

COVID-19

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o coronavírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos.

A Administração avalia de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Até a data de autorização para emissão dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, não houve impactos relevantes nas operações e nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Não é possível neste momento mensurar ou antecipar os eventuais impactos econômico-financeiros futuros decorrentes de uma epidemia do COVID-19.

A Companhia seguirá observando atentamente o desenvolvimento desta situação.

26. Informações por Segmento de Negócios

As informações por segmento devem ser preparadas de acordo com o CPC 22 (Informações por Segmento), equivalente ao IFRS 8, e devem ser apresentadas em relação aos negócios da Companhia, suas controladas e controladas em conjunto, identificados com base na sua estrutura de gerenciamento e em informações gerenciais internas.

A Mlog utiliza segmentos, conforme descrito abaixo, que correspondem às suas unidades de negócio estratégicas, as quais oferecem diferentes serviços e produtos e são administradas separadamente. O seguinte resumo descreve as operações em cada um dos segmentos reportáveis.

- **Mineração**

Abrange as atividades de mineração de minério de ferro em Minas Gerais consolidando todas as operações relacionadas aos estudos e pesquisas dos trabalhos necessários para protocolo da Licença de Instalação (“LI”) do Projeto Morro do Pilar (“Projeto MOPI”), bem como a implantação do Projeto MOPI. No ano de 2018 o grupo adquiriu uma nova empresa Marsil que já produz e comercializa minério de ferro de alta qualidade. Essa empresa foi vendida em 16/07/2019.

As subsidiárias Dutovias do Brasil S.A, Companhia de Desenvolvimento do Norte Capixaba também tem escopo relacionado ao segmento de logística, ligado à mineração, embora estejam ambas em estagio pré-operacional.

- **Navegação**

O segmento de navegação, consolida as operações da Asgaard e da CNA. A Asgaard opera no setor de apoio marítimo desde março de 2016, prestando serviço com embarcação OSRV Asgaard Sophia à Petrobras. A CNA transporta óleo e derivados na região Norte do Brasil, operando seus ativos em níveis próximos ao limite dadas as condições regionais atuais, tanto climáticas quanto de infra-estrutura de armazenagem.

Demonstração do resultado - Segmentos
Em 31 de dezembro de 2019
Em milhares de reais

	Mineração	Navegação	Consolidado
Receita líquida de prestação de serviços	8.286	64.108	72.394
Custos dos serviços prestados	(7.239)	(60.504)	(67.743)
Resultado bruto	1.047	3.604	4.651
Despesas operacionais			
Com pessoal	(11.142)	(6.758)	(17.900)
Serviços prestados	(2.375)	(735)	(3.110)
Gerais e administrativas	(3.042)	(2.509)	(5.551)
Depreciação e amortização	(441)	(182)	(623)
Tributárias	(160)	(409)	(569)
Outras receitas (despesas) operacionais			
Subvenção de AFRMM	-	10.518	10.518
Outras receitas (despesas) operacionais	(1.375)	(1.311)	(2.686)
	(18.535)	(1.386)	(19.921)

MLog S.A.
*Demonstrações financeiras individuais e consolidadas
em 31 de dezembro de 2019 e 2018*

Demonstração do resultado - Segmentos
Em 31 de dezembro de 2019
Em milhares de reais

	Mineração	Navegação	Consolidado
Resultado operacional antes do resultado financeiro	(17.488)	2.218	(15.270)
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	3.8245	181	4.005
Despesas financeiras	(603)	(13.727)	(17.805)
	<u>3.221</u>	<u>(13.546)</u>	<u>(13.800)</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(14.267)	(11.328)	(29.070)
Imposto de renda e contribuição social			
Correntes	-	(253)	(253)
Diferidos	-	(207)	(207)
Prejuízo do exercício	(14.267)	(11.788)	(29.530)

Demonstração do resultado - Segmentos
Em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais

	Mineração	Navegação	Consolidado
Receita líquida de prestação de serviços	4.726	61.868	66.594
Custos dos serviços prestados	(2.647)	(58.637)	(61.284)
Resultado bruto	2.079	3.231	5.310
Despesas operacionais			
Com pessoal	(13.740)	(6.393)	(20.133)
Serviços prestados	(3.293)	(770)	(4.063)
Gerais e administrativas	(2.866)	(3.350)	(6.216)
Depreciação e amortização	(871)	(251)	(1.122)
Tributárias	(201)	(510)	(711)
Outras receitas (despesas) operacionais			
Subvenção de AFRMM	-	12.040	12.040
Outras receitas operacionais	8	3.195	3.203
	<u>(20.963)</u>	<u>3.961</u>	<u>(17.002)</u>
Resultado operacional antes do resultado financeiro	(18.884)	7.192	(11.692)
Resultado financeiro			
Receitas financeiras		10.957	9.954
Despesas financeiras	(27)	(17.395)	(16.419)
	<u>(27)</u>	<u>(6.438)</u>	<u>(6.465)</u>
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(18.911)	754	(18.157)
Imposto de renda e contribuição social			
Correntes	-	(739)	(739)
Diferidos	-	(57)	(57)
Prejuízo do exercício	(18.911)	(42)	(18.953)

Ativos e passivos
Informações por segmento em 31/12/2019
Em milhares de reais

	Mineração	Navegação	Consolidado
Ativos			
AFRMM	-	78.404	78.404
Direitos na transação negocial	-	11.215	11.215
Mutuos com partes relacionadas	53.779	843	54.622
Imobilizado	31.293	166.413	197.706
Intangível	738.501	65.790	804.291
Outros	2.110	21.970	24.080
	825.683	344.635	1.170.318
Passivos			
Fornecedores	289	6.663	6.952
Empréstimos bancários	-	12.943	12.943
Provisões	9.632	15.787	25.419
Obrigações na aquisição de investimentos	-	108.155	108.155
AFRMM	-	208.789	208.789
Outros	8.443	15.107	
	18.364	367.444	385.808

Ativos e passivos
Informações por segmento em 31/12/2018
Em milhares de reais

	Mineração	Navegação	Consolidado
Ativos			
AFRMM	-	58.349	58.349
Direitos na transação negocial	74.596	4.758	79.354
Imobilizado	44.618	180.160	224.778
Intangível	763.987	65.894	829.881
Outros	9.192	27.951	37.143
	892.393	337.112	1.229.505
Passivos			
Fornecedores	862	9.329	10.191
Empréstimos bancários	68.907	2.812	71.719
Provisões	10.662	4.454	15.116
Obrigações na aquisição de investimentos	-	93.024	93.024
AFRMM	-	203.150	203.150
Outros	8.586	13.679	22.265
	89.017	326.448	415.465

Elias David Nigri
Diretor Presidente

Julia Souza de Paiva
Diretora Administrativa e Financeira

Gustavo Barbeito
Diretor de Relações com Investidores

Luiz Felipe Perdigão
Controller

José Eduardo Pereira Gonçalves
Contador – CRC RJ 063543/O-2